

UEM

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

MATHEUS MORAIS DA LUZ

**AS EPÍSTOLAS DE PAULO DE TARSO: UMA PROPOSTA
FORMATIVA PARA O HOMEM CRISTÃO DO PRIMEIRO SÉCULO**

MATHEUS MORAIS DA LUZ

**MARINGÁ
2017**

2017

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**AS EPÍSTOLAS DE PAULO DE TARSO: UMA PROPOSTA
FORMATIVA PARA O HOMEM CRISTÃO DO PRIMEIRO SÉCULO**

MATHEUS MORAIS DA LUZ

**MARINGÁ
2017**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**AS EPÍSTOLAS DE PAULO DE TARSO: UMA PROPOSTA FORMATIVA PARA O
HOMEM CRISTÃO DO PRIMEIRO SÉCULO**

Dissertação apresentada por MATHEUS MORAIS DA LUZ, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador:

Prof. Dr.: JOSÉ JOAQUIM PEREIRA MELO

MARINGÁ
2017

MATHEUS MORAIS DA LUZ

**AS EPÍSTOLAS DE PAULO DE TARSO: UMA PROPOSTA FORMATIVA PARA O
HOMEM CRISTÃO DO PRIMEIRO SÉCULO**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo (Orientador) – UEM

Prof. Dr. Marcos Roberto Pirateli – UNESPAR

Prof. Dr. Roseli Gall do Amaral da Silva – UTFPR

Dedico este trabalho aos meus pais, irmãos e amigos que sempre me apoiaram.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Zenaide Aparecida de Moraes que me fez acreditar e nunca me deixou desistir.

A meu pai Sebastião Carlos da Luz que sempre me apoiou.

Aos meus irmãos Esther, Daniel e Jônatas, companheiros e amigos.

Aos Amigos, em especial a Ana Paula, o Pedro, a Maytha, o Antônio, a Renata, que sempre me acompanharam nessa caminhada.

A todos os que torceram e acreditaram.

À Universidade Estadual de Maringá e ao Programa de Pós-Graduação em Educação, que possibilitaram a realização desse trabalho.

E, especialmente, ao meu orientar o Professor Doutor José Joaquim Pereira Melo, pela atenção e dedicação durante todo o processo de orientação.

“Não que eu já o tenha alcançado ou que já seja perfeito, mas prossigo para ver se o alcanço [...]

Paulo de Tarso

LUZ, Matheus Morais da. **AS EPÍSTOLAS DE PAULO DE TARSO: UMA PROPOSTA FORMATIVA PARA O HOMEM CRISTÃO DO PRIMEIRO SÉCULO.** 92 f. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: José Joaquim Pereira Melo. Maringá, 2016.

RESUMO

Este trabalho aborda de que forma Paulo de Tarso por meio de suas epístolas elaborou uma proposta formativa para o homem cristão do primeiro século. Sua proposta formativa, mesmo sendo destinada a comunidades com cotidianos e problemas diferenciados, inserida em um contexto específico, alcançaram prestígio e ainda na contemporaneidade ocupa lugar de prestígio nos textos tidos como sagrados. Portanto, ao analisar as obras de Paulo de Tarso propõem-se compreender os fundamentos do pensamento cristão do primeiro século, bem como o homem que se pretendia formar, as características desse novo homem e como se configurava as comunidades cristãs em sua origem.

Palavras-chave: Epístolas; Proposta Formativa; Homem Cristão; Primeiro Século; Pensamento Cristão.

LUZ, Matheus Morais da. **THE EPISTLES OF PAUL OF TARSO: A FORMATIVE PROPOSAL FOR CHRISTIAN MAN OF THE FIRST CENTURY.** 92 f. Master's Dissertation in Education – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: José Joaquim Pereira Melo. Maringá, 2016.

ABSTRACT

This paper discusses how Paul of Tarsus through his epistles elaborated a formative proposal for the Christian man of the first century. Its formative proposal, although it is destined to communities with daily life and differentiated problems, inserted in a specific context, reached prestige and still in the contemporaneity occupies place of prestige in the texts considered as sacred. Therefore, in analyzing the works of Paul of Tarsus, we propose to understand the foundations of Christian thought in the first century, as well as the man who was intended to form, the characteristics of this new man and how the Christian communities were formed in their origin.

key words: Epistles; Formative Proposal; Christian Man; First Century; Christian Thinking.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
2 IMPÉRIO ROMANO: O CONTEXTO HISTÓRICO DE PAULO DE TARSO	16
2.1 Império Romano: origem e características estruturais	16
2.2 A história política, econômica e social do Império Romano.....	21
2.3 Império Romano como uma das bases da construção do Cristianismo	27
3 A ORIGEM DE PAULO DE TARSO: SUA FORMAÇÃO E CONVERÇÃO.....	33
3.1 A origem e a formação do Apóstolo dos gentios	33
3.2 A conversão de Paulo de Tarso	39
3.3. As pegadas de um missionário.	47
3.4 A ação missionária de Paulo de Tarso.....	52
4. AS EPÍSTOLAS PAULINAS COMO EXPRESSÕES DA PROPOSTA PEDAGÓGICA UNIVERSAL DE PAULO DE TARSO	57
4.2 As epístolas paulinas como complemento de sua ação.....	64
4.3 As Epístolas paulinas: Um esquema pedagógico para a formação do homem cristão ...	67
4.4 Graça: o conceito chave da proposta paulina	71
4.5 Esperança: um processo de aperfeiçoamento.....	73
4.6 Fé: a resposta ao projeto salvífico de Deus	75
4.7 Liberdade: a nova condição do cristão.....	76
4.8 Amor: o agente das relações intra e extracomunitário	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS	88

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Tendo por objetivo analisar, por meio das epístolas paulinas, a fundamentação dada à proposta formativa para o homem cristão do primeiro século, a investiga-se o contexto em que o cristianismo surge e quais foram as contribuições do mesmo para sua formação e fundamentação. Partindo deste contexto, busca-se estudar a importância de Paulo de Tarso para a elaboração de uma nova concepção de homem ideal, o homem cristão.

A presente proposta de pesquisa justifica-se, primeiramente, pelo interesse em estudar o fenômeno formativo na antiguidade; segundo, pela motivação em entender e discutir a maneira paulina de compreender o homem e a sociedade, a compreensão do modelo de formação para o homem cristão no cristianismo primitivo; pela importância das epístolas paulinas para a fundamentação de uma proposta formativa para o cristianismo primitivo; pelo desejo de investigar como suas epístolas, mesmo possuindo objetivos específicos como o de responder a problemas particulares das comunidades remetentes, conseguiu alcançar evidência entre os escritos tidos como sagrados e, por fim e mais importante; e, por fim, compreender de que forma Paulo de Tarso articula sua proposta formativa a ponto da mesma ser aceita pelos cristãos e pelos povos considerados pagãos.

Portanto, nesta pesquisa serão analisados os escritos de Paulo de Tarso, assim como as releituras de suas obras feitas por outros autores, a fim de compreendermos como foi construída a proposta paulina para o cristianismo primitivo e como esta proposta foi e é entendida no decorrer da história.

Para análise da vida e a obra de Paulo de Tarso, destacando sua importância para o cristianismo do primeiro século, faz-se necessária a investigação sobre as origens e a formação de Paulo de Tarso, com a finalidade de compreender a construção de seu pensamento em meio a seu contexto histórico.

Para que isso seja possível, a primeira questão a ser posta é: onde buscar fontes que possam elucidar essas questões? A princípio, a melhor fonte de investigação são as próprias epístolas paulinas, onde Paulo de Tarso faz algumas indicações de sua origem e formação, mesmo que sempre de forma não aprofundada, essas passagens apontam para direções bem pontuais.

A segunda fonte a ser investigada é o texto de autoria de Lucas, Atos dos Apóstolos, onde o autor divulga o processo de conversão de Paulo de Tarso, fazendo referência à sua origem e à sua formação. Cabe apenas o cuidado no trato de tal fonte, pois as descrições que são feitas pelo autor sobre o evento da conversão de Paulo de Tarso é repleta de detalhes místicos que pretendeu justificar o apostolado paulino.

E, por fim, será feito o uso de autores, pensadores do cristianismo primitivos e historiadores que analisam a época que, já no exercício de suas pesquisas, embolsaram inferências que são relevantes e que apontam caminhos para uma melhor exploração das origens e da formação de Paulo de Tarso.

Essas fontes expressam a importância de Paulo de Tarso, pois desde o início do cristianismo sua figura alcança destaque, principalmente no processo de universalização do cristianismo. Nisso está toda a relevância e necessidade, que já em Lucas no livro Atos dos Apóstolos se impunha, a de elucidar quem é Paulo de Tarso, qual sua importância para o cristianismo e como foi possível a ele elaborar uma proposta formativa para o judeu, para o grego e para o romano que visava à formação de um homem comum, o homem cristão.

Como supracitado, a base para a compreensão e investigação do contexto histórico são os escritos dos autores e pesquisadores do cristianismo primitivo, dos autores contemporâneos que se debruçaram sobre a obra de Paulo de Tarso e seu tempo histórico, bem como de outros que se dispuseram a pesquisar esse período histórico. Tendo claro isso, neles serão buscadas as informações que possam dar ou ao menos apontar para a realidade política, social, econômica e religiosa da época.

Com isto, o que se quer dizer é que pensamentos preocupados com a formação do homem ou de uma sociedade encontram vida no tempo (LEFORTE, 1994). Portanto, o pensamento de Paulo, por ter se preocupado com a formação do homem e da sociedade, ganhou vida no tempo, e até hoje ocupa lugar de prestígio nos escritos tidos como sagrados.

O cristianismo surge em um período e contexto específicos, caracterizado pela grande expansão do Império Romano e a helenização do mundo antigo. Desta forma, o mundo estava sedento por uma nova forma de compreensão de mundo, de homem e de sociedade, buscando reencontrar seu lugar no mundo.

Nesse contexto surge o cristianismo, que, a princípio, podia ser entendido apenas como uma reorganização do judaísmo, mas que posteriormente devido à

influência da cultura helênica se tornou um pensamento universal. Essa helenização do pensamento cristão ocorre desde sua origem devido à diáspora judaica, assim, em sua origem, o cristianismo era dividido em duas comunidades: os judeus cristãos e os cristãos helênicos. Essa distinção se destacava principalmente por meio da língua, pois os primeiros faziam uso da língua hebraica ou aramaica e o segundo grupo, da língua grega.

Com esse diálogo com a cultura clássica pode-se pensar que grande parte das concepções de mundo, de homem e de sociedade, já pensadas em outros momentos e particularmente no mundo greco-romano, foram assimiladas e adaptadas pela nova doutrina, o que possibilitou um processo de minimização das diferenças entre cristãos e pagãos (PEREIRA MELO, 2002).

Nesse momento se destaca a figura de Paulo de Tarso, um dos principais personagens e agentes da expansão e aceitação do cristianismo primitivo pelo mundo considerado pagão.

A fim de alcançar o objetivo proposto desta pesquisa, faz-se necessário destacar a importância da compreensão das influências recebidas pelo cristianismo primitivo, as quais tornaram possíveis a sua efetivação e expansão. Portanto, temos que considerar que o cristianismo, mesmo tendo como base fundamental o judaísmo, encontrou na cultura helênica sua universalidade.

Assim, o cristianismo se construiu na relação entre a cultura judaica e a helênica, as quais foram a base da elaboração da proposta formativa de Paulo de Tarso para o cristianismo primitivo.

Desta forma, principalmente pelo magistério de Paulo de Tarso, o cristianismo ganhou, por meio da relação das culturas judaica e helênica, um caráter universal, sendo dirigida agora a todos os homens indiferentes da nacionalidade ou posição social.

Assim, o cristianismo rompe com as tradições judaicas e com a lei mosaica, a justificação não é mais por meio da lei ou dos ritos religiosos do judaísmo e sim por meio da morte e ressurreição de Cristo. Agora, Cristo passa a ser o modelo de homem a ser formado, o qual não é mais o circunciso, mas sim o santificado.

Portanto, a formação do novo homem, o homem cristão ocorre segundo o modelo de Cristo, pois ele seria a essência do novo homem, a base para a compreensão das características do homem a ser formado na pedagogia paulina.

Paulo de Tarso nasceu por volta do ano 10 da era cristã na cidade de Tarso, da Cilícia, atual Turquia, e morreu aproximadamente no ano 67, em Roma. A princípio, sua formação foi realizada por seus pais, os quais eram fariseus. Em sua juventude, teve como preceptor Gamaliel, rabino judeu, em Jerusalém, onde recebeu uma formação farisaica (CAVICCHIOLI, 2005)

Entrementes, segundo a tradição cristã, por volta do ano 45, a caminho de Damasco, Paulo de Tarso caiu do cavalo, incidente que lhe gerou uma espécie de transe no qual, segundo ele, teria entrado em contato com o próprio Jesus, fato que motivou a sua conversão. A partir dessa experiência, ele iniciou seu magistério, que durou de doze a treze anos, nos quais percorreu as grandes cidades do Império Romano: Antioquia, Atenas, Corinto, Éfeso e Roma. (SILVA, 2010).

Assim, buscaremos compreender como Paulo de Tarso conseguiu, por meio de suas epístolas, as quais eram destinadas a comunidades específicas e que respondiam a problemas particulares, fundamentar uma proposta formativa universal para o cristianismo primitivo, a ponto de alcançar ainda hoje um lugar de destaque entre os escritos tidos como sagrados.

Uma vez que suas epístolas foram e são uma das grandes expressões do cristianismo do primeiro século, faremos a leitura e análise de suas epístolas, porém somente as que são consideradas autênticas de Paulo de Tarso, as quais são: As duas aos Coríntios, a Primeira aos Tessalonicenses, a Epístola aos Filipenses, aos Gálatas, aos Romanos e a Filêmon. Nelas, buscaremos destacar os elementos formativos de sua proposta formativa para o homem cristão, além de buscar a compreensão de sua relevância para a fundamentação do cristianismo primitivo.

Portanto, ao analisar as obras de Paulo de Tarso nos propomos a compreender os fundamentos do pensamento cristão do primeiro século, bem como o homem que se pretendia formar, as características desse novo homem e como se configurava as comunidades cristãs em sua origem.

Paulo de Tarso, portanto, em sua obra centraliza a figura de Jesus Cristo no plano salvífico de Deus. Cristo é a base interpretativa do evangelho e plano de Deus para a redenção da humanidade.

O conceito de graça se destaca em meio aos escritos de Paulo de Tarso, sendo um dos principais agentes do projeto salvífico de Deus. Por meio dele o homem tem acesso à esperança que os move, a fé que os convence, a liberdade que os transforma e o amor que os diferencia.

Sendo assim, a graça será a responsável por desenvolver no homem as características de um verdadeiro cristão. O Homem cristão é aquele que aceita a graça de Deus expressa no sacrifício de Cristo vivendo uma vida de esperança, fé, liberdade e amor.

O epistolário paulino, mesmo tendo como objetivo inicial responder a problemas particulares das comunidades remetentes, ao fazer uso do modelo de cristo para a formação do homem, se tornou um escrito de caráter universal, podendo ser usado por todos para a compreensão do novo homem, o homem cristão. Por isso, os escritos de Paulo de Tarso ainda hoje ganham relevo nos escritos tidos como sagrados.

2 IMPÉRIO ROMANO: O CONTEXTO HISTÓRICO DE PAULO DE TARSO

O ponto inicial para a análise do momento histórico de Paulo de Tarso é o Império Romano, o qual dava as bases políticas, econômicas e sociais, bem como foi importante para o encontro e o desenvolvimento de diversas formas de cultos, crenças e religiões, incluindo o cristianismo. Partindo da origem do próprio Império Romano e suas principais características estruturais, deve-se questionar: como se davam as relações política, econômicas e sociais do Império Romano? Como essa estrutura contribuiu para a construção de pensamentos religiosos? E, principalmente, qual foi sua importância para o fomento do pensamento cristão?

Parte-se dessas questões para chegar à importância da figura de Paulo de Tarso para o cristianismo no primeiro século, buscando analisar a influência do meio na elaboração de sua proposta formativa para o homem cristão, destacando, já de início, que o momento histórico proporcionou a Paulo de Tarso os alicerces necessários para transformar a sua proposta formativa para o homem em uma proposta universal.

2.1 Império Romano: origem e características estruturais

A história do cristianismo está entrelaçada à história do Império Romano, uma das maiores organizações territoriais e políticas da história da humanidade. A história dos romanos teve início a partir do desenvolvimento de instituições políticas alicerçadas na cidade e pensadas em prol de um grupo de homens livres. Esse grupo privilegiado, os cidadãos, conseguiu, no alvorecer da vida urbana, descartar a monarquia, iniciando uma nova organização que garantiria seu domínio (FLORENZANO, 1982).

Para além do poder que era próprio do Império, existiam as leis¹. Essas são as duas grandes fontes de poder inerentes ao Império, que atuam de forma paralela,

¹ A palavra latina *lex*, que traduzimos por <<lei>>, possui um sentido notavelmente diferente da nossa palavra correspondente. Uma *lex* é um acto jurídico, realizado por instigação de um magistrado

porém complementar. A lei é votada pelo próprio povo e, desta forma, se torna uma regra definitiva. O poder que é intrínseco ao Império, diferentemente, é alterável, pois o mesmo se torna vivo, para garantir sua própria manutenção, modificando-se conforme a necessidade (GRIMAL, 1993).

Em Roma, tanto na República, como no Império, o poder esteve centrado nas mãos de um único grupo, a aristocracia. Deve-se compreender que o Império Romano foi estruturado para assumir o posto que antes era da República como forma de organização do imenso território que havia sido conquistado pelos romanos, porém esse processo de transição não ocorreu de forma branda ou pacífica. Essa transformação, de República à Império, foi uma forma de assegurar a permanência do poder romano sobre seu território.

A transição da República ao Império foi realizada não sem grandes conflitos e lutas. A estrutura oligárquica de governo, estabelecida durante a República, mostrou-se – no séc. I – incapaz de integrar efetivamente o enorme território conquistado em toda a bacia do Mediterrâneo (FLORENZANO, 1982, p. 84).

A construção do Império Romano se deu com guerras, as quais contribuíram para a ruptura do sistema anterior, o que significa que durante toda a história do Império não houve fases com plena ausência de guerras, apenas momentos em que a atividade militar passou a ser segundo plano (ROUX, 2009).

A princípio, em todo o Império o poder estava centrado nas mãos do imperador², seguido de uma classe de dirigentes, a qual era composta pelos senadores. Ele outorgava-se de exclusivos direitos sobre a cidadania, sobre a distribuição dos impostos e principalmente sobre as decisões do Império, o que excluía dos segmentos populares qualquer tipo de poder. Da mesma forma, esse comportamento extremamente conservador por parte desta classe dirigente

e geralmente sancionado por uma decisão de uma assembleia de cidadãos. Implica uma obrigação, para um conjunto de cidadãos (*lex publica*), ou apenas para alguns deles (*lex privada*). (GRIMAL, 1993a, p. 305).

² *Imperator* designa o general-chefe aclamado pelos soldados, que nele saúdam o poder divino gerador de vitórias. O imperador é reconhecido pelo Senado e pelo povo; cidadãos e magistrados prestam juramento diante dele. A concepção do poder imperial variou depois do principado estabelecido por Augusto em Roma, o Príncipe, teoricamente, não é mais do que o primeiro dos senadores, mas os seus poderes são muito mais extensos (*imperium* e poder proconsular, poder tribunício, Pontificado Máximo); coadjuvado por um conselho, o Imperador convocava o Senado, promulga éditos, rescritos e mandatos; é o chefe militar supremo. O principado evolui para uma monarquia de direito divino. O modo de sucessão (hereditariedade ou adoção) variou consoante às dinastias (GRIMAL, 1993a, p. 301).

manifestava-se incompatível com as necessidades que existia de satisfazer, mesmo que minimamente, as aristocracias provinciais, tornando impossível a manutenção do território de forma unificada. (FLORENZANO, 1982). Dado a isso a importância de Otávio³ para a preservação da forma de organização existente desde a República.

Quando Otávio (Augusto) assumiu o poder em Roma no ano de 27 a. C., muitas eram as reformas a serem empreendidas. Estas inicialmente permitiram a unidade política do imenso território conquistado por Roma e a criação do Império. O novo Estado fundado por Augusto garantiu, igualmente, a continuidade da estrutura econômica-social estabelecida durante a República (FLORENZANO, 1982, p.85).

Augusto viveu 77 anos, dos quais exerceu seu poder à frente do Império durante quarenta e um anos, um longo período em que alterou profundamente as estruturas políticas e sociais da velha República, tornando assim, a administração romana mais eficaz, não deixando de progredir com a expansão do Império (GRIMAL, 1993).

A estruturação do poder imperial, obra de Augusto, revestiu-se de dois aspectos, os quais a justificava. O primeiro foi a submissão de todas as instituições tradicionais à autoridade de um *príncipe*, o primeiro dos cidadãos, sem que esses desaparecessem. Em segundo, a afirmação do monopólio do poder sobre os Césares (ROUX, 2009). Esse monopólio do poder passa, necessariamente, por uma das questões mais fundamentais do Império, a divinização de seu governante.

A ideia de Imperador deus surge primeiramente na figura de César⁴, o qual após uma grande vitória em Munda, na Hispânia, em meados de março do ano de 45 antes de nossa era, o Senado⁵ atribuiu-lhe, para além de todas as honrarias, o título de Imperator, o qual o caracterizaria até o fim de sua vida (GRIMAL, 1993).

³ *Augusto* (em latim, **Augustus**, conhecido como **Otaviano** até 27 a.C.) (63 a.C. – 14 d.C.). Primeiro imperador romano. Originalmente chamado Caio Otávio, tomou o nome de Caio Júlio César Otaviano quando foi adotado por vontade de seu tio-avô Júlio César em 44 a.C. Firmou sua posição como um dos membros do triunvirato de 43 a.C., ganhando poder supremo depois de derrotar Antônio em 31 a.C. (WRIGHT, LAW, 2013, p. 55)

⁴ C. *Júlio César* gabava-se de descender de Anquises e de Vênus; nasceu a 13 de Julho de 101 a. C. e foi assassinado nos idos de Março (15 de Março de 44) (GRIMAL, 1993a, p. 288).

⁵ Assembleia de notáveis que existe desde a realeza; representa o poder essencial na República e, sobretudo, antes da emancipação plebeia, depois vê o seu poder reduzido no Império, onde representa a oposição <<republicana>> [...] (GRIMAL, 1993a, p. 320).

O Senado, ao reconhecer a César o título de <<vencedor perpétuo>>, o que significa, na prática, o nome imperator, funda verdadeiramente um regime novo, no qual o sobrinho-neto, Octaviano Augusto, se inspirará depois da sua própria vitória sobre Antônio. Esta fundação fez-se por um processo inverso daquele que em 509 a. C. instalara a República (GRIMAL, 1993, p.11).

Assim, quando os romanos ligam a figura de seu governante aos deuses, tornam a função imperial indissociável da sacralidade, o Império Romano passa a ser fundamentado pela própria vontade divina, tornando-se uma organização política-territorial desenvolvida e aplicada pelos próprios deuses, o que legitimaria toda a sua ação. O imperador foi de tal forma revestido da legitimidade dos deuses, que as suas ações eram consideradas como uma força criadora sobre-humana.

A divinização significava essencialmente que o ser humano em questão dera provas, durante a vida, de que era animado por uma força particularmente eficaz, e, tratando-se de um homem de Estado, de que fora <<feliz>> *felix*, em tudo o que havia empreendido, por conseguinte, benéfico para a pátria. É este o significado do título de *Augustus*, que o Senado concedeu a Octávio, no mês de Janeiro de 27 (GRIMAL, 1993, p.60).

A organização do Império passa desta maneira a ser uma obra divina, inquestionável e imutável. Isso se dá não apenas no que diz respeito ao poder imperial, mas até mesmo nas formas de agir e na conduta dos homens do Império. Por outro lado, havia um constante esforço para que a sua autoridade fosse reconhecida como uma conquista, e não como uma imposição.

Nesse movimento de mudanças, houve uma descentralização das atividades econômicas, tendo como referência a Península Itálica. Devido a esse processo, tanto o grande comércio, como também a produção nessa região entraram em declínio, pois as províncias passaram a produzir muito mais que antes, o que tornou desnecessário a exportação para essas regiões. Essa descentralização também significou a provincialização do poder como uma maneira de integrar as diversas regiões do Império (FLORENZANO, 1982). Ações que minimizaram os conflitos existentes em todo o território tornando-o mais apaziguado, deve-se considerar desta forma, que para além das conquistas pelas armas, parte do território do Império e dos povos que o compunham foram conquistados pelo seu prestígio, o qual fora construído ao longo do tempo.

Em todo esse processo de avanços na vida política e social é que se encontram as verdadeiras razões e explicações para o apogeu alcançado pelo Império. Mesmo assim, deve-se considerar que o projeto de Augusto era ainda maior, ele almejou, ao longo de seu governo, incluir ao Império a totalidade do mundo. Porém, sua forma de governar não trazia consigo o novo e, sim, um reordenamento do que antes já se mostrava nos anos finais da República. Desta forma, Augusto foi um agente da conservação das tradições romanas.

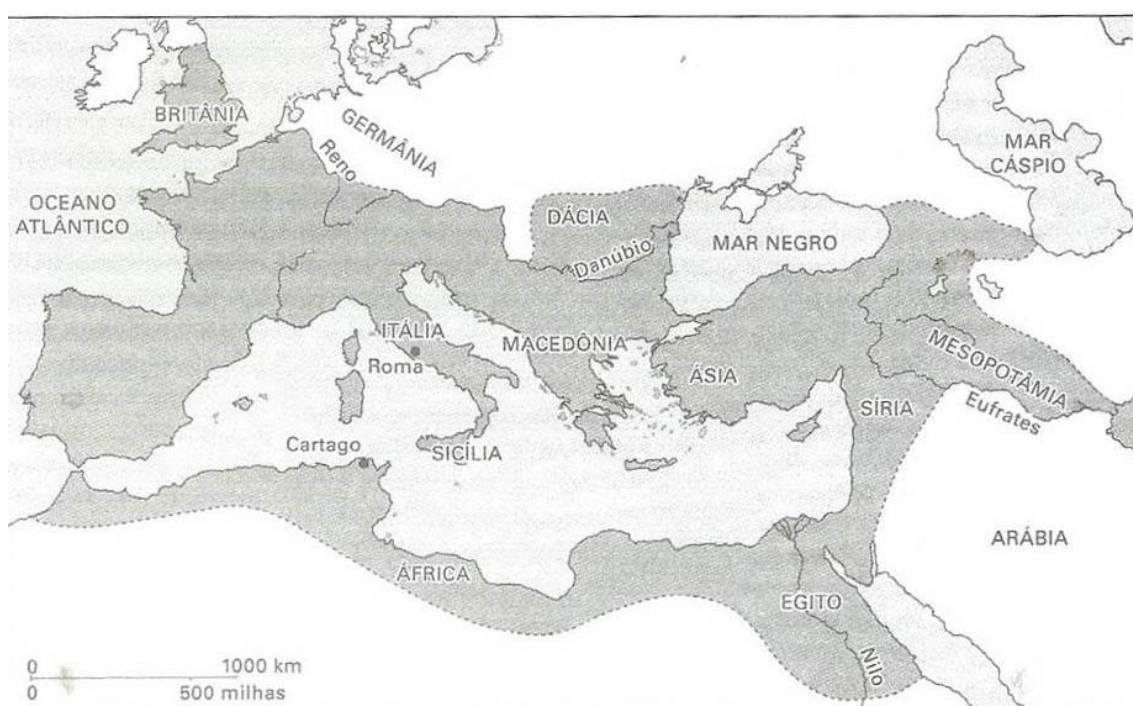


FIGURA 1 – Mapa do Império Romano⁶

O Império, portanto, caracteriza-se principalmente por ser um período político em que se destaca a ampla dominação da grande potência romana, a qual tinha como lideranças os seus césares. Assim, o Império Romano é senão uma forma organizacional do exercício do poder, associado a uma aristocracia tradicional, imposto a uma ampla extensão territorial (ROUX, 2009).

⁶ O mapa mostra a expansão do Império Romano na sua maior extensão, em 177 d.C. Roma se expandiu a partir de um pequeno assentamento no século VI a. C. para governar a maior parte do mundo europeu conhecido por volta do início do século II d. C. (WRIGHT, LAW, 2013, p.388)

2.2 A história política, econômica e social do Império Romano

Uma das grandes questões que perpassa a história do cristianismo primitivo e, conseqüentemente, a obra de Paulo de Tarso é a estrutura social do Império Romano. Explicitar questões como a estrutura política, econômica e social do Império se torna indispensável para uma análise do cristianismo do primeiro século e das epístolas paulinas.

Os dois primeiros séculos do Império, desde o governo de Augusto (27 a. C. – 14 d. C.) até aproximadamente ao reinado de Antonino Pio (138 – 161), constituíram a época mais florescente da história política de Roma. (ALFÖLDY, p. 110 – 111, 1989)

Esta nova forma de organização que partia do poder imperial, por mais que não tenha transformado de forma intensa as relações sociais, foi suficiente para que o domínio de Roma fosse mantido e reafirmado. Porém, isso não se dá, como já anunciado anteriormente, por uma transformação radical do modelo de sociabilidade já conhecido no final da República. Ao invés disso, foi nesse período que essas relações sociais construídas no fim da República atingiram sua forma mais tradicional. Houve, sim, mudanças, mas estas se deram principalmente no enquadramento político de todo o território ao poder de Roma, isto é, o alargamento da população do Império.

Mesmo que a estrutura de sociabilidade romana pouco tenha mudado com a transição da República para o Império, fatores econômicos significativos tiveram alterações como, por exemplo, o grande impulso econômico que teve o Império durante esse período, o qual era perceptível tanto na questão da quantidade da produção como da qualidade da mesma.

Podemos considerar também que os primeiros tempos do Império foram o período mais florescente da vida econômica de Roma. Neles se manifestou claramente um surto de desenvolvimento econômico ligado ao aumento da quantidade e, em parte, também da qualidade da produção. Surto esse que ficou principalmente a dever-se à

anexação e urbanização das províncias e foi favorecido pelas condições criadas com a *pax Romana*, as quais permitiram um grande incremento da produção em vastos territórios do *Imperium Romanum*, sobretudo no Ocidente. A produção agrícola não só cresceu em territórios onde a agricultura era tradicionalmente importante, como no Egito (território romano a partir de 30 a.C.), ou na província da África, como se desenvolveu em territórios até aí atrasados, por exemplo nas províncias do Norte do Império, e não apenas devido à divulgação de espécies vegetais e animais oriundas do Sul, mas principalmente com a introdução de métodos de cultivo mais rentáveis em propriedades médias e grandes e com mão-de-obra especializada. (ALFÖLDY, p.111 - 112, 1989)

Algumas formas e técnicas de produção atrasadas para a época foram substituídas por formas mais avançadas e adequadas à realidade do Império. Dado a sua expansão territorial, os romanos entraram em contato com novas formas de produção agrícola. E, devido à grande diversidade de solos e à variedade climática que a grande extensão do Império promoveu, foi possível ampliar as técnicas de cultivo da terra. Importante destaque também deve ser feito ao fim do predomínio econômico da Itália, tanto no que se refere à produção agrícola, como também no comércio dos produtos derivados da mesma.

Alterações consideráveis nesse período não foram possíveis, em virtude de que não houve um progresso efetivo nas formas de produção da vida que pudesse promover tais alterações. O grande desenvolvimento dos meios de produção, que nos fins da República tornaram possível a consolidação do Império, não deram continuidade ao seu melhoramento. Devido a isto, também se pode pensar que, aos poucos, o Império começava a atingir seu grau máximo de desenvolvimento econômico, uma vez que a grande potencialização da economia do Império só se manteve na medida em que a anexação e, posteriormente, a urbanização dos novos territórios proporcionavam possibilidades de desenvolvimento.

Os fatos supracitados fizeram com que o Império, em seu primórdio, mantivesse as estruturas e meios de produção do período final da República, o que, se comparado à complexidade do seu sistema político, evidencia o pouco avanço compreendido na economia imperial. De maneira sintetizada pode-se dizer que o Império, não diferente do mundo antigo clássico, permaneceu agrário, mesmo considerando o desenvolvimento do comércio e da produção de mercadorias.

O mundo clássico era maciça e inalteravelmente rural em suas proporções quantitativas básicas. Ao longo de toda a sua história, a

agricultura representou o setor absolutamente dominante da produção, sempre fornecendo as maiores fortunas para as cidades (ANDERSON, 2007, p. 22).

Em vista disso, a agricultura foi fundamental para o Império, pois, além de movimentar sua economia, era ela que comportava a grande massa trabalhadora de todo o Império, o que demonstra sua importância para o sistema econômico imperial.

Para além de sua importância econômica para o Império, a produção agrícola também será fator relevante para as economias individuais, ou seja, grandes proprietários de terras produtivas alcançaram destaque dentro da sociedade romana, sendo este um dos principais critérios para a divisão social.

Ao mesmo passo que crescia o domínio sobre a posse das terras, se agravava a marginalização da maioria do povo. Os grandes proprietários de terras, pertencentes em sua maioria às famílias tradicionais, se identificavam cada vez mais como grupo social se diferenciando dos demais grupos. A grande estabilidade da agricultura durante os primeiros séculos do Império restringia em grande parte as possibilidades de uma transformação radical na distribuição das riquezas, sendo assim, a posse de terra um investimento rentável nesse período.

Destarte, deve-se compreender a divisão social de Roma, analisando quais os fatores primordiais para o enquadramento dos sujeitos nos vários grupos sociais. Um dos fatores se constitui a questão econômica, porém não se limitava a ela.

Podemos distinguir quatro critérios principais de inclusão nos escalões superiores, aproximadamente correspondentes aos de Élio Aristides: ser rico, desempenhar cargos superiores e assim deter poder, gozar de prestígio social e, principalmente – pois a riqueza, as funções elevadas e o prestígio a tal equivaliam -, ser membro do *ordo dirigente*, ordem privilegiada, e corporativamente organizada. Quem satisfizesse todas essas condições pertencia efetiva e plenamente aos escóis da sociedade, ou seja, - para além da casa imperial -, o *ordo senatorius*, o *ordo equester* e o *ordo decurionum* das diferentes cidades. Os libertos ricos, pelo contrário, nem sempre reuniam todas estas condições, apesar de por vezes serem muito ricos, nem tampouco os escravos e os libertos imperiais, que além de por vezes serem igualmente ricos tinham grande influência enquanto <<eminências partidas>>, apesar de desprezados devido à sua baixa origem e de geralmente desempenharem funções subalternas. (ALFÖLDY, 1989, p.122)

Para todo esse processo de divisão dos grupos sociais romanos a questão do nascimento é fundamental, pois a posição social alcançada pela família era herdada

pelos novos integrantes da família. A sociedade romana não se tratava de uma sociedade de castas, na medida em que ao longo de toda a história do Império são alguns os exemplos que se tem de homens que se destacaram por seu mérito pessoal.

Outras duas condições eram relevantes para a divisão social romana, ambas referentes a situações jurídicas. A primeira refere-se a desfrutar ou não da cidadania romana. Os cidadãos romanos possuíam mais direitos que os não cidadãos, além de poderem disputar todos os cargos do Império. Dentro dessa divisão social, a liberdade individual, isto é, ser livre, liberto ou escravo, também se tratava de um fator de diferenciação.

Portanto, são diversos os fatores que diferiam os grupos sociais de Roma, mesmo que o fator econômico se constitua um deles, para tal divisão não se desvincula os elementos políticos, jurídicos e sociais. O que torna um a divisão social romana complexa que envolve inúmeros elementos: econômicos, políticos e sociais.

Do ponto de vista da divisão aqui descrita, a ordem social romana dos dois primeiros séculos da época imperial, assim como de outras épocas da história de Roma, pode ser mais claramente explicada recorrendo ao conceito de estrutura composta por ordens e camadas sociais. (ALFÖLDY, p.162, 1989)

No topo de toda a hierarquia social, encontra-se o Imperador, o qual é dentro de todo o território imperial a figura máxima, como mencionado, ele se constitui o primeiro dos cidadãos. Abaixo do Imperador havia uma ordem social, já existente nos fins da República, os Senadores.

O próprio Senado deixou de ser uma autoridade central no Estado romano: ainda tinha poder e prestígio, mas, daí em diante, foi, em geral, um instrumento subordinado e obediente aos sucessivos imperadores, vindo a renascer politicamente apenas durante as disputas dinásticas ou interregnos. Mas, enquanto o Senado, como instituição, se reduzia a uma fachada majestosa, a ordem senatorial – agora purgada e renovada pelas reformas do Principado – continuava sendo a classe governante do Império, dominando amplamente a máquina do Estado imperial, mesmo depois que as nomeações de cavaleiros se tornaram comuns para um maior número de cargos (ANDERSON, 2007 p. 83).

A ordem senatorial era extremamente organizada e, como tal, dificilmente era alcançada por membros advindos de outras ordens, o que mantinham e reafirmava a estratificação social.

Logo abaixo da ordem senatorial, estava a ordem equestre, a qual era expressivamente maior do que ela e, diferentemente dela, a ordem equestre não era alcançada de forma hereditária, mas sim devido a méritos pessoais. Assim, a ordem equestre não era formada por grandes famílias e sim por grandes personalidades.

Devido a essas questões, a composição da ordem equestre era heterogênea, dado que muitos cavaleiros não pertenciam às camadas superiores, havendo entre eles filhos de libertos. Esses libertos tinham, por meio de sua capacidade de fazer fortuna ou da sua boa relação com autoridades romanas, conseguido se elevar a ordem equestre. (ALFÖLDY, 1989)

Posteriormente a essas duas ordens, havia a terceira grande ordem social romana, a ordem dos decuriões. “A posição social efectiva [...] do ordo decurionum variava muito de cidade para cidade, em função da fortuna, da atividade económica, da educação e da origem.” (ALFÖLDY, p. 143, 1989). Essa ordem tinha sua importância no fato de ser responsável, juntamente com os libertos ricos, garantir a subsistência das cidades.

Os libertos ricos eram um grupo social pertencente à camada superior do Império, porém não dispunha dos direitos, dos deveres e do prestígio que as três grandes ordens possuíam, mesmo que em alguns casos sua riqueza ultrapassasse a dos membros de tais ordens.

As camadas superiores do Império são heterogêneas, visto que pessoas igualmente ou até mesmo mais abastadas que outras se encaixam, devido a fatores sociais, políticos ou econômicos, em grupos inferiores. Ainda mais heterogêneo se constituem as camadas inferiores da sociedade romana. As diferenças mais significativas eram dadas entre os moradores da cidade, *plebs*⁷ urbana, e os do campo, a *plebs rustica*.

Os *ingenuus* correspondiam justamente aos homens que eram livres desde seu nascimento e que, devido a fatores político-econômicos, não pertenciam às

⁷ Originalmente, fora das gentes patrícias. Excluídos das honras públicas. A plebe tornou-se uma realidade étnica (Sabinos agricultores por oposição aos Indo-Europeus criadores de gado). A distinção é essencialmente uma consequência da evolução econômica. À custa de uma longa luta, marcada por secessões (a última é de 286 a. C.), os plebeus adquiriram progressivamente a igualdade dos direitos políticos e sociais. (GRIMAL, 1993a, p. 314).

camadas superiores. Por outro lado, os *libertus*, são justamente os que adquiram, de alguma forma, sua liberdade. Por fim, os *servus*, que não possuíam a liberdade individual, o que fazia deles a base da pirâmide social romana.

Mesmo que a grande massa de moradores das cidades, pertencentes às camadas inferiores, terem uma vida dura, as suas condições eram melhores que a dos moradores do campo, “[...] nas cidades havia possibilidades de se ganhar mais, mais oportunidades para mudar de profissão, mais margem para uma vida pública, mais liberdade, e, o que também era importante, mais divertimentos que no campo” (ALFÖLDY, 1989, p. 149). Até mesmo entre o grupo mais baixo, o dos escravos, haviam grandes diferenças entre os da cidade e do campo.

A composição social da plebs rustica, cujos membros constituíam a grande maioria da população do Império, era ainda mais diversificada nas diferentes regiões do *Imperium Romanum* do que a da plebe citadina. Também no campo havia *ingenui*, *liberti* e *servi*, mas o número relativo desses grupos era nos diferentes territórios rurais ainda mais desequilibrado que nas cidades, além de que esses conceitos podiam abranger posições sociais muito diferentes, pois um camponês livre tanto podia ser um pequeno proprietário, ou um rendeiro, ou um jornaleiro sem terras. (ALFÖLDY, p. 156 - 157, 1989)

Ainda que considerando todas essas diferenças, era possível no interior do Império uma progressiva ascensão social, a exemplo os escravos tinham mesmo esperanças de se tornarem libertos, os libertos buscavam prestígios com o intuito de melhorar sua condição social. Essa mobilidade social fazia com que no interior do Império a massa da população fosse, mesmo que livre, de origem escrava, antigos escravos ou filhos de escravos.

É significativo sinalizar que estas possibilidades de mobilidade dentro da divisão social romana, não geravam de forma alguma uma mobilidade vertical, em que fosse possível aos sujeitos passarem de uma a outra camada social, eles apenas poderiam passar de uma categoria a outra dentro da estratificação romana. Os pertencentes às camadas inferiores, mesmo que com todas as suas conquistas pessoais, jamais chegaram às ordens mais elevadas do Império, dado as fronteiras bem demarcadas que separavam as camadas superiores das inferiores.

Era, portanto, uma minoria que conseguia se aproveitar dessas possibilidades de ascensão. Diante disso, a maior mobilidade estava entre os escravos, uma vez

que muitos proprietários de escravos, devido aos grandes benefícios que tal ação gerava, libertava grandes contingentes de escravos.

O sistema proporcionava ao senhor, em primeiro lugar, a vantagem do trabalho zeloso do escravo, que não queria perder as suas hipóteses de libertação e, além disso, tinha de economizar um pequeno pecúlio (*peculium*) para comprar a *manumissio* através da restrição do preço de compra. Mas eram ainda mais importantes as vantagens que o antigo senhor retirava da sua relação de patronato com o *libertus*, que tinha para com ele obrigações morais e econômicas [...]. Este sistema era pois, na realidade, uma forma de exploração mais aperfeiçoada que a escravatura sem libertação, e a situação real de muitos libertos era muito menos favorável [...]. Por outro lado, o sistema só era viável enquanto houvesse novos escravos para substituir os libertos. Mas, nos primeiros tempos da época imperial, esta forma de escravatura era perfeitamente possível, sendo geralmente praticada nas cidades. Aparentemente muitos senhores compravam escravos só com o objetivo de os libertar ao fim de um certo tempo e de assim criarem uma forma de dependência social que lhes era especialmente proveitosa. (ALFÖLDY, 1989, p.156)

O Império, portanto, se organizou de forma a manter e reafirmar as relações sociais que, já no final da República, eram conhecidas. Mesmo que, esta forma de sociabilidade possuía a suas contradições e desigualdades, ela foi capaz de viabilizar a construção assim como a durabilidade do Império Romano.

2.3 Império Romano como uma das bases da construção do Cristianismo

O contexto de formação de Paulo de Tarso passa, necessariamente, pela investigação e pela descrição das concepções de mundo, de sociedade, de homem e da razão, tendo como ponto de partida, que o Império Romano se constrói ao mesmo tempo em que a filosofia estava construindo uma nova forma de compreensão.

A nova forma de pensar proposta pela filosofia se distingue das concepções anteriores, no caso a cultura Helênica, a qual tinha como fundamento da própria existência do homem grego a *polis*⁸, que com a tomada de Alexandre⁹ foi destruída.

As conquistas de Alexandre, o Grande, séculos II a.C., inauguraram um novo modo de organização política, social e cultural no Mundo Antigo. [...] Esse período, convencionalmente chamado helenismo, foi marcado pelo desaparecimento das fronteiras entre os diferentes impérios, reinos e culturas. Nesse horizonte alargado, o quadro tradicional da cidade antiga, a *polis* grega, tende a desaparecer. (CAVICCHIOLI, 2005, p.25)

Após o fim da Polis grega, o homem grego se sentiu perdido, “[...] deixou de fazer parte de uma estrutura política simples (a polis) para se inserir em uma grande pátria complexa (o império) [...]” (PEREIRA MELO, 2015, p.25). Sua existência estava no seu sentimento de pertença à polis. O grego vivia para polis, pela polis e na polis. Assim que essa é tomada, fazendo agora parte de um mundo para além das fronteiras da Grécia, o homem e, conseqüentemente, a filosofia passou a buscar uma nova motivação ou um novo objetivo para sua existência. Nesse processo de busca por novas motivações, o homem acha em si mesmo sua própria razão de viver.

Como não encontrava mais cidade, no *ethos* do Estado e em seus antigos valores, o conteúdo para a própria vida, ele passou a buscar em si mesmo, na sua intimidade, novas motivações para viver, o que o levou a se fechar em si mesmo. (PEREIRA MELO, 2015, p.25)

Antes, o homem buscava por meio da razão o bem estar da sociedade como um todo, o homem da polis, agora se fecha em si, tendo como objetivo sua

⁸ Entre o começo do século VIII a. C. e o fim do século IV a. C., ocorreu o desenvolvimento da *polis helênica*, unidade independente e democraticamente estruturada, valor fundamental da vida na Grécia clássica, horizonte existencial que identificava o homem livre grego como cidadão. Movido por essa motivação, o grego vivia na cidade, pela cidade e para a cidade, a qual constituía para o homem comum e, particularmente, para o cidadão o valor de primeira grandeza para sua existência. (PEREIRA MELO, 2015, p.23)

⁹ Nasceu em 356 a.C. no palácio de Pela, Macedônia. Era filho de Felipe II e desde cedo se destacou por sua inteligência. Seu pai incumbiu Aristóteles de educá-lo. Alexandre aprendeu as mais variadas disciplinas: retórica, política, ciências físicas e naturais, medicina e geografia, interessando-se pela história grega e pela obra de autores como: Eurípedes e Píndoro. Na arte da guerra, recebeu lições de seu pai, distinguindo-se nas artes marciais. Após o assassinio de seu pai, em 336 a.C., Alexandre subiu ao trono da Macedônia, empreendendo a expansão territorial do reino (Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, 1996, p.233).

autorrealização, “Substitui-se, assim, como centro de reflexões, a vida pública pela vida privada.” (PEREIRE MELO, 2015, p.26). A filosofia, desta forma, assume esse papel, o de levar o homem ao seu próprio bem estar.

[...] A ruptura da identificação entre o homem e o cidadão [...] teve um aspecto positivo: o homem foi coagido, pela força dos acontecimentos, a fechar-se em si mesmo, a buscar no seu íntimo novas energias, novos conteúdos morais e novas metas pelas quais viver. Assim o homem descobriu-se como indivíduo [...] (REALE, 1994, p. 7).

Para levar o homem à felicidade individual, a filosofia ganha novos traços e objetivos, o que é concebido como período helenístico, onde se desenvolve grandes correntes filosóficas, cuja preocupação era o indivíduo e sua autossatisfação. Dentre as várias correntes filosóficas que surgem nesse período para assumir tal tarefa, destacam-se o epicurismo¹⁰, o ceticismo¹¹ e o estoicismo¹², as “[...] quais organizaram regras de conduta, ‘artes de viver’ e ‘filosofias de vida’.” (PEREIRA MELO, 2015, p. 28). Essas correntes foram, posteriormente, relevantes para a própria formação do pensamento romano.

Assim, tendo como objetivo ensinar os homens por meio da exortação e do exemplo, a moral e a libertação da alma, buscando suprimir o domínio das paixões e dos vícios sobre os homens, dando a ele acesso a uma forma superior de felicidade, a filosofia passa a ter um caráter sagrado. Por conseguinte, o filósofo passa a ter como função ajudar os homens a alcançarem a tranquilidade que, a princípio, entregues a si mesmos não seria possível. (PEREIRA MELO, 2015)

¹⁰ Filosofia fundada por Epicuro, em Mitilene, no ano 311 a.C., desenvolvida a partir de aproximadamente vinte anos após a morte de Aristóteles. O epicurismo ensinava que o prazer é o principal bem e que uma vida feliz é aquela em que o prazer predomina. A Escola advoga, na prática, um estilo simples de vida, no qual a tranquilidade da mente desempenha importante papel, e se valoriza especialmente a companhia de amigos da mesma opinião. O epicurismo não pregava o total afastamento da vida cívica, mas não nutria simpatia pela ambição pública (STEAD, 1999, p.46).

¹¹ Escola filosófica fundada por Pirro, herdeira dos sofistas, procurava na negação a sabedoria: não julgar, não falar, não definir, ser indiferente e conseguir a ausência da perturbação. O ceticismo, em suma, é, na origem, uma disciplina moral cujo fim é a quietude (BURNS, 1968).

¹² Segunda grande escola filosófica da idade helenística, assim denominada por ter a sua sede no Pórtico de Atenas. Foi seu fundador Zenão de Cítio (332-262 a.C.). O estoicismo foi desenvolvido e modificado por uma sucessão de hábeis expositores; houve intercâmbio de ideias com escolas platônicas e aristotélicas posteriores. O estoicismo posterior é representado por três escritores (que se deixaram conduzir pelos interesses morais, chegando a negligenciar a lógica e a filosofia natural). São eles o renomado literato romano Sêneca (2. a C. – 65 d.C.), o escravo liberto Epicteto (55 a.C. – 135 d.C.) e o imperador Marco Aurélio (nascido em 121, imperador em 161 e morto em 180) (STEAD, 1999, p.49).

A filosofia, ao mesmo tempo em que se investiu de uma aura quase religiosa, mostrou a possibilidade de o homem ser feliz, mesmo sem as antigas condições exteriores oferecidas pela *polis*. Assim, assumiu a condição de porto seguro, convertendo-se em proteção do novo homem livre, propondo-se a clarear seus caminhos na sua busca do bem viver e do ser feliz, bem como assegurar-lhe a tranquilidade da alma. (PEREIRA MELO, 2015, p.27- 28)

Com a agregação da Grécia ao Império Romano, o que ocorreu em 146 a. C., a ainda existente esperança de uma possível liberdade política se perdeu para os gregos. Por outro lado, mesmo que de início tenha havido resistência, a cultura grega foi assimilada e adaptada pelos seus conquistadores, os quais ajustaram as correntes filosóficas helenísticas ao seu espírito prático. (CAVICCHIOLI, 2005)

O Império Romano, portanto, se apropriou da cultura filosófica Grega, adaptando a mesma a seus interesses específicos, o que fez com que ela se diferenciasse da cultura grega clássica, e até mesmo do pensamento helenístico grego, indo ao encontro das necessidades da organização político social do Império Romano.

Dentre as principais correntes filosóficas que foram assimiladas, o estoicismo ganha destaque na formação do pensamento romano. Os romanos, que para além de construir seu poder e se constituírem como civilização dominante frente aos demais povos, tiveram também que estruturar a sua própria mentalidade. Nesse processo de formulação da mentalidade romana, o estoicismo foi importante, se constituindo ao longo do tempo como base fundante do pensamento romano, “[...] o estoicismo da época imperial nos I e II séculos d. C. é essencialmente romano e abandona quase completamente a lógica e a física para se interessar apenas pela moral.” (BRUN, 1986, p. 15). Dado a isto, o fato dos estoicos ganharem espaço na civilização romana por ter nas bases de suas propostas para o homem a busca pela individualidade.

A importância dada pelo estoicismo ao dever, à autodisciplina e a submissão à ordem natural das coisas coincidiram com as antigas virtudes e hábitos conservadores dos romanos. A doutrina estoica que prezava o respeito à estrutura cosmopolita estava em consonância com a realidade instaurada pelos romanos e seus apreço e orgulho de terem formado um império mundial. Desta forma, estende-se os motivos que levaram os romanos a deixarem de lado as filosofias do período clássico, cujos representantes mais significativos foram Platão e Aristóteles, os quais

propunham uma política ideal preocupada com a cidade, e se apegaram às filosofias helenísticas, que por sua vez possuíam tendências materialista e existencialista que iam ao encontro do espírito utilitarista romano. (PEREIRA MELO, 2015).

Chamavam a atenção para a convivência fraterna e harmônica entre os homens, ensinavam que todos deveriam ser tolerantes e generosos no trato com os demais. Dessa forma, a filosofia estóica propunha uma relação igualitária, pacífica e humanitarista, voltada para a mitigação das agruras de seu tempo. (CAVICCHIOLI, 2005, p.8 - 9)

Portanto, o contexto em que nasce o cristianismo é um dos facilitadores de sua rápida ascensão como forma religiosa superior. O mundo, constituído pelo Império Romano, era penoso para a grande maioria da população, fato que em síntese contribuiu para a divulgação e aceitação do pensamento cristão. “O cristianismo primitivo nasceu nesta atmosfera e entre pessoas que estavam mais do que todas as outras predispostas a aceitar o sobrenatural.” (ENGELS, 1969, p. 23).

O Aparecimento do cristianismo, como qualquer outro fenômeno histórico de primeira importância, tinha de ter forçosamente por palco um meio social determinado. Mil laços ligavam estreitamente o cristianismo nascente a todo o tipo de correntes religiosas e filosóficas anteriores e, sobretudo, à época. [...] Deste modo, não só as raízes da ideologia cristã como ainda as suas partes integrantes estão diretamente ligadas primeiro ao mundo judaico e em seguida ao mundo greco-romano. (LENTSMAN, 1988, p.83)

A inclinação para além da realidade terrena, respaldada em um contexto histórico duro para os homens, fez com que o pensamento cristão fosse apreciado pelas massas que buscavam saída para sua difícil condição de vida.

Tal saída foi encontrada, mas não neste mundo. Naquele estado de coisas, unicamente a religião poderia oferecê-la. Iniciava-se um novo mundo. A existência da alma depois da morte corporal converteu-se paulatinamente em um artigo de fé, aliás reconhecido no Império Romano. Além disso, por toda parte cada dia era mais admitida a existência de penas e de recompensas para os mortos, segundo as ações que tivessem cometido em vida. [...] Mas eis que chegou o cristianismo, que levou a sério pensar nas penas e recompensas do outro mundo, criando céu e o inferno, e aí temos, descoberto, o caminho para conduzir ao paraíso eterno os caídos e oprimidos deste vale de lágrimas. (ENGELS, 1969, p. 37)

Destarte, “[...] a helenização do movimento cristão não deve ser vista de forma unilateral, mas como exigência apontada pela sociedade, na busca de amenizar os conflitos existentes naquele momento histórico.” (CAVICCHIOLI, 2005, p.10). O cristianismo, mesmo que inicialmente tenha recusado a cultura helenística, posteriormente, para dar sustentação à sua proposta universalista, se apropriou daquilo que, para ele, tornou possível alcançar as multidões, tanto judias, como também aqueles que eram considerados pagãos.

Assim, o cristianismo não pode ser pensado nem compreendido em sua totalidade sem as contribuições desse pensamento constituído historicamente; as quais, contraditoriamente, foram fundamentais para a negação da própria cultura greco-romana. (CAVICCHIOLI, 2005, p.9)

Em meio a todo esse processo de negação, apropriação e síntese do pensamento filosófico greco-romano, o magistério de Paulo de Tarso, figura singular do cristianismo do primeiro século, foi relevante por ter ele sido capaz de sistematizar, mesmo que de forma rudimentar, a proposta formativa do cristianismo primitivo, à luz das filosofias helenísticas.

No diálogo com o Helenismo, Paulo de Tarso (1/5 – 67 d. C.) apropriou-se de alguns elementos da cultura judaica e da cultura greco-romano para construir uma identidade para Cristo e divulgá-la enquanto referencial da proposta de formação do homem cristão. (SILVA; PEREIRA MELO, 2012, p. 3).

Paulo de Tarso, desta forma, assume um papel central para a fundamentação do pensamento cristão do primeiro século, sendo o responsável pelo o processo de universalização do cristianismo primitivo, para isso, Paulo de Tarso se apropria de diversos conceitos e de concepções da cultura helenística, que alicerçaram sua proposta formativa para o homem cristão do primeiro século.

3 A ORIGEM DE PAULO DE TARSO: SUA FORMAÇÃO E CONVERÇÃO

3.1 A origem e a formação do Apóstolo dos gentios

De início, Paulo nasceu por volta dos anos 5-10 d. C., em Tarso na Cilícia, cidade helenizada onde atualmente está localizada a Turquia. “Paulo terá vivido sob os principados de Augusto, Tibério, Gaio Calígula e Cláudio, acabando por ser condenado à morte, em Roma, no tempo de Nero.” (RAMOS; PIMENTEL; FIALHO; RODRIGUES, 2012, p. 07). Paulo, portanto, presenciou a toda a emergência do Império Romano, vivendo durante o processo de transformação que o mundo antigo sofreu nessa época.

Em suas epístolas, já no cabeçalho, Paulo de Tarso se apresenta com o seu nome, Paulo: “Paulo, servo de Cristo Jesus [...]” (ROMANOS, 1:1); “Paulo, chamado a ser apóstolo [...]” (I CORINTÍOS, 1:1); “Paulo, apóstolo de Cristo Jesus [...]” (II CORINTÍOS, 1:1); “Paulo, apóstolo [...]” (GÁLATAS, 1:1); “Paulo e Timóteo [...]” (FILIPENSES, 1:1); “Paulo, Silvano e Timóteo [...]” (I TESSALONICENSES, 1:1); “Paulo, prisioneiro de Cristo Jesus [...]” (FILEMÓN, 1:1), mas, graças à exposição feita por Lucas no livro dos Atos dos Apóstolos, sabemos que esse é o nome greco-romano dele e que, por sua vez, também possuía um nome de matriz judaica, no caso, Saulo: “Ele remete, portanto, a um ambiente tradicional judaico. A designação de um filho com o nome do primeiro rei originário da tribo de Benjamim, Saul, é um indício do contexto cultural e da tendência religiosas da família” (FABRIS, 2010, p. 42).

Desta forma, Saulo-Paulo, com o que se pode deduzir com Lucas, destaca seu duplo pertencimento cultural. “Evidentemente, como o faziam muitos judeus da diáspora, ele havia acrescentado o nome greco-romano ao nome judaico.” (BARBAGLIO, 1989, p. 15 – 16).

Judeu, filho de Judeu como ele mesmo indica, mas nascido e criado durante toda infância em uma cidade que em toda sua estrutura deixa transbordar a cultura helenística. “Paulo nasceu e cresceu judeu, entendia hebraico, era fariseu, e se orgulhava disso” (CROSSAN; REED, p. 16, 2007).

Tarso, não era apenas uma simples cidade pertencente ao Império Romano, mas como destaca BARBAGLIO (1989) essa cidade era “[...] naquele tempo, a capital da homônima província romana.” (BARBAGLIO, 1989, p.16). Cidade destaque por sua localização geográfica privilegiada, a qual era considerada o ponto de encontro entre dois mundos, o oriental e ocidental, podendo também “[...] orgulhar-se de uma célebre escola filosófica, e ostentar a merecida fama de centro cultural de primeira grandeza.” (BARBAGLIO, 1989, p.16).

Em 67 a. C., a cidade foi anexada à recente Província romana da Cilícia, da qual se tornou capital administrativa. [...]. Helenizada durante a longa dinastia dos Selêucidas, que mantinham como padrão cultural as tradições, a literatura e a língua gregas, bem como um sentimento de autonomia profundamente enraizado, Tarso era, no século I, um dos eixos do comércio internacional entre o mundo semita, o planalto Anatólio e as cidades gregas viradas para o Egito e a Europa.” (PENA, 2012, p. 29).

Sobre a região de Tarso e sua economia, podem ser feitos alguns destaques, os quais dão base até para a compreensão da atividade produtiva de Paulo.

É uma zona irrigada e quente, que se presta ao cultivo de trigo, vinho, azeite e linho. Este último produto estimula a atividade têxtil de Tarso, incentivada também pela produção da lã do planalto anatólio. Nos contrafortes da montanha se apascentam rebanhos de cabras, que fornecem a matéria-prima para a elaboração de tecidos grosseiro e resistente, chamado ‘cilício’. A economia de Tarso é também impulsionada pelo comércio e pela manipulação do ferro, extraído das minas do Tauro. (FABRIS, 2010, p. 19).

Para além de sua estratégica localização, o que favorecia a economia de Tarso, ela também se destaca por sua riqueza cultural. Tarso, nesse período, culturalmente rivalizava com Atenas, sua fama se destacava por abrigar escolas filosóficas, a exemplo as dos estoicos e as dos cínicos (BORTOLINI, 2012). Esse ambiente, sem dúvida, influenciou Paulo de Tarso, pois o próprio contato com essa realidade cultural fez com que ele rompesse com o particularismo dos primeiros apóstolos.

O contato diário com realidades e culturas diferentes era forte convite a não se fechar numa redoma. A própria sobrevivência forçava esses judeus a serem potencialmente mais abertos e tolerantes em relação

aos que pensavam e agiam de outra forma. (BORTOLINI, 2012, p.07)

Paulo de Tarso, não pôde se esquivar de todos os influxos da cultura greco-romana, ele era sim judeu, e até mesmo observante fiel das tradições, mas pertencente à diáspora¹³, o que por si só dava a ele uma formação diferenciada com relação aos judeus da Palestina. “Sobre a educação de Paulo já tudo se disse e o seu contrário. Contudo, têm-se recentemente evidenciado os que defendem a sua sólida formação retórica” (FURTADO, 2012, p. 21).

A exemplo dessa formação diferenciada, Paulo de Tarso falava bem o grego. “De fato, Paulo demonstra dominar com desenvoltura a língua grega. Deixa também entrever que assimilou diversos elementos da corrente filosófica popular de cunho estóico.” (BARBAGLIO 1989, p. 16). Como afirma Engels (1969), a respeito: “Uma lenda querer considerar que o nascimento do cristianismo dependeu integralmente do judaísmo e foi arrancado da Palestina para conquistar o mundo por meio de um dogma e uma ética esboçada em largos traços” (ENGELS, 1969, p. 20).

É importante pensar que, para além de ser natural de Tarso, em algumas partes do livro do Atos dos Apóstolos é destacado que Paulo de Tarso possuía a cidadania romana. “De sua família, que tem a cidadania de Tarso [...]. Desde o nascimento, ele é cidadão romano. Neste registro civil de Paulo se insere um processo de formação que faz emergir suas potencialidades pessoais.” (FABRIS, 2010, p. 43). Possuir o título de cidadão romano era tomar para si uma situação de privilégio político, manifestando assim seu relevo social. Aceitar a cidadania romana de Paulo de Tarso é torná-lo pertencente a um grupo favorecido política e economicamente, o que, considerando que ele era judeu, não era comum na época (FURTADO, 2012). Tal cidadania fica evidenciada, da seguinte maneira:

Atendo-se às palavras de Paulo reproduzidas no texto dos Atos dos Apóstolos 21,39: ‘Eu sou um judeu de Tarso da Cilícia, cidadão [*polítes*] de uma cidade não sem importância’, devemos deduzir que ele não só é originário de Tarso, mas ‘cidadão’, a pleno título, dessa cidade. (FABRIS, 2010, p. 32)

¹³ Originalmente significava conjunto de comunidades de judeus vivendo fora da Judéia, depois da dispersão. No século I, a população judaica da Diáspora era duas vezes superior à da Judéia. Em Alexandria, os judeus constituíam aproximadamente 40% da população. Em todo o Egito, o seu número eleva-se a mais de um milhão; em Roma, a várias dezenas de milhares. (LENTSMAN, 1988, p.106).

Da mesma forma:

Para não ser entregue aos judeus de Jerusalém, que querem a todo custo sua morte, Paulo, como cidadão, pede para ser julgado em Roma, junto ao tribunal do imperador. O governador Pórcio Festo, após ter consultado os assessores do tribunal, acolhe o pedido de Paulo: 'Você apelou a César; então irá a César' (At 25,12; cf. 25,16.21.25). Graças a essa decisão do governador romano, Paulo levará seu testemunho até Roma, a capital do Império. Portanto, mais uma vez a cidadania romana de Paulo marca uma virada em sua missão de proclamador do Evangelho. (FABRIS, 2010, p.33)

Tarso também, como muitas das grandes cidades romanas, tinham as sinagogas¹⁴, o que destaca a liberdade de culto que os judeus dispunham nas cidades romanas. "Nas cidades pagãs da diáspora, a sinagoga era lugar público que centralizava a religião, a política, a lei, a sociedade e a economia da vida judaica" (CROSSAN; REED, 2007, p. 42). Dada a essa liberdade, Paulo de Tarso foi ensinado desde sua tenra idade sobre os princípios da tradição judaica.

A sua origem de uma família de judeus que emigraram para Tarso e sua pertença à comunidade judaica da diáspora condicionam seu processo de formação, mas ao mesmo tempo oferece ao jovem Saulo-Paulo oportunidades que os filhos dos judeus palestinos não têm. A Aprendizagem da língua grega e a abertura ao mundo cultural helenista, por um lado, estimulam a busca da própria identidade étnico-religiosa e, por outro lado, favorecem o crescimento humano e espiritual num mundo diferente, no confronto dialógico. (FABRIS, 2010, p.45)

Não era um costume apenas judeu, mas também muito comum entre os romanos, que a primeira educação fosse dada pelo próprio pai, no interior das casas. "No seio da sua família originária o jovem Paulo aprendeu a língua e se nutriu da cultura hebraica." (FABRIS, 2010, p. 47). Assim, Paulo de Tarso, ensinado por seu pai, se torna pertencente a uma das principais correntes do Judaísmo, o farisaísmo.

Na sociedade hebraica, a família, enquanto célula social, assumiu um sentido de casa, que correspondia ao conceito revelado por Javé

¹⁴ No mundo da emigração, o termo —sinagogall, de origem helenística, indicava, havia tempo, as assembleias dos fiéis e dos prosélitos, antes ainda de designar o edifício em que decorria o serviço religioso judaico; o termo —*eclesiall*, reunião dos eleitos, tem um valor análogo nos Actos. (DONINI, 1980, p. 98).

de que o povo hebreu era uma “grande família”. Nesse cenário organizado a partir dos desígnios divinos, não havia escolas, sendo o pai declarado, nos textos sagrados, autoridade de chefe, com a responsabilidade pela educação dos filhos. (PEREIRA MELO, 2002, p. 77)

Após os anos de uma educação inicial, realizada em casa sobre a tutela de seu pai, Paulo de Tarso, segundo Lucas nos Atos dos Apóstolos, vai para a Jerusalém a capital espiritual do Judaísmo onde passa a ser tutelado por Gamaliel, “‘Eu sou judeu.’ Nasci em Tarso, da Cilícia, mas criei-me nesta cidade, educado aos pés de Gamaliel na observância exata da Lei de nossos pais, cheio de zelo por Deus, como vós todos no dia de hoje.” (ATOS 22: 3), o qual, segundo a tradição cristã, era um dos principais nomes do judaísmo e do farisaísmo. “Paulo nasceu e cresceu judeu, entendia hebraico, era fariseu, e se orgulhava disso” (CROSSAN; REED, 2007, p. 16).

Desta forma, Paulo de Tarso, assume assim sua formação se tornando fariseu, tendo como principal característica sua fidelidade às tradições e às leis mosaicas. Em suas epístolas, Paulo de Tarso faz destaque à sua formação e à sua fidelidade às leis mosaicas, declarando-se primeiro, ser de acordo com às tradições judaicas, “circuncidado ao oitavo dia”, revelando sua descendência, “da raça de Israel, da tribo de Benjamim, hebreu filho de hebreus”, e por fim se assumindo como formado dentro do grupo dos fidelíssimos fariseus, “[...] quanto à Lei, fariseu; quanto ao zelo, perseguidor da Igreja; quanto a justiça que há na Lei, irrepreensível.” (FILIPENSES, 3: 5-6). “Mas é certo que o fariseu Saulo se distinguiu por um zeloso apego às tradições religiosas e éticas do judaísmo. Já sua adesão ao farisaísmo o incluía entre os rigoristas, e matéria de observância.” (BARBAGLIO, 1989, p. 17).

É seguro que os *Actos dos Apóstolos* foram escritos depois da queda de Jerusalém e em plena ascensão das escolas de fariseus, perante o colapso das estruturas sacerdotais dos saduceus. Ora, ser fariseu, quando os *Actos* foram escritos, era pertencer à única elite judaica da época. Sendo assim, o Paulo lucano reclama não pequena coisa: ele pertenceria à elite grega, romana e judaica. O próprio Paulo parece corroborar Lucas, quando afirma que seria fariseu <<quanto à lei>> (*Fil.* 3.5). Contudo, tal relação com o farisaísmo está ausente do curriculum apresentado em outras *Cartas* (em *Rom.* 11.1 e *2Cor.*11.22. Cf. contudo *Gal.* 1.13-14). E, sobretudo, parece que Paulo não corrobora nas *Cartas* ter nascido numa família de fariseus (cf., contudo, *Gal.* 1.14) (FURTADO, 2012, p. 25).

Paulo de Tarso ao manifestar sua formação, desvela conseqüentemente sua postura inicial de perseguidor frente ao movimento cristão. “A fidelidade judaica e farisaica o levou a assumir uma atitude de agressividade com relação aos cristãos.” (BARBAGLIO, 1989, 17). Para Paulo de Tarso, era difícil a aceitação da messianidade de Jesus Cristo. (BARBAGLIO, 1989)

O que a narrativa de Lucas nos expõe verdadeiramente é a reformulação das solidariedades de Paulo, posicionado entre ambas as comunidades. Este entra claramente em cena com uma intensa militância, que representa uma sua marca pessoal bem definida. Antes, ele era a favor do judaísmo; depois, passa a ser a favor do cristianismo. Na militância judaica, ele fora bem mais agressivo; na militância cristã, haveria de ser igualmente entusiasta e eficaz, mas mais tolerante (RAMOS, 2012, p. 56).

Em diversos trechos de suas epístolas, ele mesmo registra sua atitude de hostilidade frente ao movimento cristão.

Ouvistes certamente da minha conduta de outrora no judaísmo, de como perseguia sobremaneira e devastava a Igreja de Deus e como progredia no Judaísmo mais do que muitos compatriotas da minha idade, distinguindo-me no zelo pelas tradições paternas. (GÁLATAS 1: 13 -14)

Apenas ouviam dizer: quem outrora nos perseguia agora evangeliza a fé que antes devastava, e por minha causa glorificam a Deus. (GÁLATAS 1: 23 – 24)

[...] quanto à Lei, fariseu; quanto ao zelo, perseguidor da Igreja [...]. (FILIPENSES, 3: 5-6).

Trechos que exteriorizam parte da personalidade paulina, o qual se entrega de forma desmedida às suas convicções, não sendo diferente quando ele passa a fazer parte do movimento cristão, tornando-se, à sua maneira, um dos maiores nomes do cristianismo do primeiro século, alcançando tamanho destaque a ponto de ser lembrado ainda hoje por suas ações e obras em prol do movimento cristão.

Para além dos próprios relatos de Paulo de Tarso, se anunciando como perseguidor da Igreja de Cristo, quando fazia parte do grupo dos fariseus, o livro dos Atos dos Apóstolos esboça um quadro histórico da visão paulina dos cristãos. Assim, a primeira perseguição foi contra a comunidade cristã helenizada que, a princípio, teve como liderança Estêvão, o que demonstra a presença de duas igrejas cristãs, a

de língua e cultura aramaica e a de língua grega e cultura helenística. (BARBAGLIO, 1934).

Concluindo, Paulo pertencia a três mundos distintos: ao judaísmo do ponto de vista religioso; pela língua ao helenismo; politicamente ao Império romano. Três pátrias, poderíamos dizer, que lhe deixaram marcas diversas desde o início: determinante foi o fato de pertencer à religião judaica; digna de consideração a integração cultural no ambiente helenístico; condição favorável para sua futura atividade do Estado romano a que pertencia como cidadão. Neste sentido, parece correto defini-lo como um cosmopolita. (BARBAGLIO, 1934, p. 44)

Portanto, a familiaridade de Paulo com as técnicas retóricas argumentativas, bem como com os elementos culturais helenísticos presentes em suas epístolas, apontam para uma boa formação helenística. O que corrobora com o Paulo lucano, nascido em uma cidade que abrigava uma das principais escolas de retórica do tempo. (FURTADO, 2012)

3.2 A conversão de Paulo de Tarso

A visão de que Paulo de Tarso passa de perseguidor a perseguido em um processo simples, onde a revelação divina transforma sua vida por completo, tornando-o uma “nova criatura”, como ele mesmo menciona em algumas de suas epístolas, seria reduzir tal evento e as consequências do mesmo. Porém, muito embora sua conversão seja literariamente marcada por um evento místico, deve-se pensar que ela foi uma autorreflexão que ocorre de forma paulatina e que culminou na adesão de Paulo de Tarso ao movimento cristão, mais precisamente ao movimento dos cristãos helenizados.

Como se vê, estamos muito distante do clichê da conversão entendida em termos individualista e moralista. Paulo não é um pecador que reencontrou as verdades do bem, depois de ter percorrido os atalhos do mal. É menos ainda um agnóstico que chegou a aceitar Deus e uma visão religiosa da realidade. A sua – se se quer falar de conversão – foi uma conversão a Cristo, descoberto com os olhos da fé na sua dimensão transcendente de ressuscitado, filho de Deus, mediador único e universal da salvação. (BARBAGLIO, 1989, p. 19)

Sua conversão é apenas uma mudança em nível de perspectiva, transformando sua visão de Deus, de homem e de mundo. Em síntese, “A quebra da espinha dorsal da ideologia farisaica parece ser a grande conversão de Paulo.” (BORTOLINI, 2012, p. 31).

O evento de sua conversão é importante uma vez que, para além de sua conversão pessoal, ele atinge dimensões sociais, sendo ele o ponto de partida da ação paulina, que mesmo se tratando de ações de certa forma despretensiosas, alcançaram proporções muito além do que o próprio Paulo de Tarso previa.

Em conclusão, sua conversão não se reduz a uma mudança de vida de caráter ético e religioso, e muito menos a um fato privado. Ao contrário, tem uma definida dimensão pública. Sim, porque ele se converteu a Cristo convertendo-se, ao mesmo tempo, à missão cristã no mundo. No caminho de Damasco nasceu não apenas o crente, mas também o missionário: Deus revelou o filho para que ele o anunciasse aos pagãos (Gl 1,16). (BARBAGLIO, 1989, p. 20).

Paulo de Tarso, de início, assumiu uma postura de negação ao movimento cristão a ponto de perseguir os cristãos, sendo enérgico ao molestar a Igreja primitiva. “Lucas descreve, com a sua construção da personagem de Paulo, dois percursos de militância. O primeiro é o da sua militância anticristã.” (RAMOS, 2012, p. 67). No entanto, essa postura muda, segundo a tradição, com o acontecimento no caminho de Damasco.

Segundo narrativa de Lucas, Paulo viveu, a caminho de Damasco, uma conversão que ele expressa com as formas do maravilhoso característico destes acontecimentos. Para isto, assumiu um gênero literário da conversão psicologicamente forçada, que era de grande atratividade entre os judeus e que continua a oferecer grandes características de autenticidade. (RAMOS, 2012, p. 58).

Esse episódio por si só não é suficiente para esclarecer a mudança de posição de Paulo de Tarso frente ao movimento cristão, contudo, é apenas esse o relato que, de alguma forma, busca desvendar sua conversão ou esse evento místico que muda a história de Paulo de Tarso encaminhando para uma ação que ficaria salva na história da humanidade. “O acontecimento no caminho de Damasco não foi tampouco experiência privada; tem sem dúvida uma dimensão pública: Paulo

se converteu a Cristo convertendo-se ao mesmo tempo à missão cristã no mundo.” (BARBAGLIO, 1934, p. 91).

O que gera curiosidade é que Paulo de Tarso em suas obras não menciona diretamente o incidente no caminho de Damasco, fazendo apenas menções implícitas sobre tal, a exemplo: “Com efeito, eu vos faço saber, irmãos, que o Evangelho por mim anunciado não é segundo o homem, pois eu não o recebi nem aprendi de algum homem, mas por revelação de Jesus Cristo.” (GÁLATAS 1: 11 – 12). O trecho: “revelação de Jesus Cristo” aponta de forma muito indireta o seu processo de conversão.

Deve-se questionar, por que Paulo de Tarso, um personagem que enfrentou intensamente divergências por causa da aceitação de seu apostolado, tenha ocultado, ou dado pouca ênfase no evento a caminho de Damasco, uma vez que tal episódio era a prova mais relevante para a sua afirmação enquanto apóstolo.

Em outros trechos, Paulo de Tarso faz reverência ao seu “chamamento” sem explicitar o que aconteceu a caminho de Damasco. “Quando, porém, aquele que me separou desde o seio materno e me chamou por sua graça, houve por bem revelar em mim seu Filho, para que eu o evangelizasse entre os gentios.” (GÁLATAS 1: 15 - 16).

Todavia, em suas cartas autênticas, Paulo nunca fala de “conversão” quando alude ao evento que deu uma nova face à sua vida. Ele recorre a outro modelo, o do “chamado” de Deus, que, mediante uma espécie de investidura, encarrega e autoriza uma pessoa a falar como seu representante ou embaixador. Paulo se reporta a essa experiência todas as vezes que deve legitimar sua função de “apóstolo” ou justificar sua missão como pregador do Evangelho aos pagãos. Portanto, a imagem que Paulo oferece de si mesmo – aquela do apóstolo “chamado” por Deus – reproduz um esquema literário e responde a uma exigência apologética e a uma intenção ideal (FABRIS, 2010, p. 120).

Ainda em outras passagens dos textos paulinos, é, de forma indireta, mencionado seu chamado e a revelação de Jesus. “Mas de uma vez, nas cartas, ele retorna à decisiva experiência que transformou radicalmente o curso da sua existência, mas sem cair em descrições psicológicas, deixando ficar no silêncio os detalhes exteriores.” (BARBAGLIO, 1989, p. 18-19).

Paulo, chamado a ser apóstolo de Cristo Jesus por vontade de Deus (I CORÍNTIOS 1: 1).

Não sou, porventura, livre? Não sou apóstolo? Não vi Jesus, nosso Senhor? Não sois minha obra no Senhor? (I CORÍNTIOS 9: 1).

Dentro dos textos paulinos, um dos trechos que aborda a aparição de Jesus Cristo a Paulo de Tarso está na primeira epístola aos Coríntios. Onde Paulo de Tarso faz uma breve exposição do percurso de aparições feito por Cristo logo após sua ressurreição, se identificando como o último a contemplar Jesus ressurreto.

Transmiti-vos, em primeiro lugar, aquilo que eu mesmo recebi: Cristo morre por nossos pecados, segundo as Escrituras, foi sepultado, ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras. Apareceu a Cefas, e depois aos Doze. Em seguida, apareceu a mais de quinhentos irmãos de uma vez, a maioria dos quais ainda vive, enquanto alguns já adormeceram. Posteriormente, apareceu a Tiago, e, depois, a todos os apóstolos. Em último lugar, apareceu também a mim como um abortivo. Pois sou o menor dos apóstolos, nem sou digno de ser chamado apóstolo, porque persegui a Igreja de Deus. Mas pela graça de Deus sou o que sou: e sua graça a mim dispensada não foi estéril. Ao contrário, trabalhei mais do que todos eles; não eu, mas a graça de Deus que está comigo. (I CORÍNTIOS 15: 3 – 10).

A complexidade a respeito da conversão de Paulo de Tarso fica ainda maior devido a este silêncio em suas epístolas. Todavia, as epístolas paulinas são complementos de sua ação pessoal nas comunidades formadas por ele, exceto a epístola aos Romanos que é destinada a uma comunidade cristã não formada por Paulo de Tarso. Desta forma, tem que se pensar que possivelmente Paulo de Tarso tenha detalhado sua conversão em sua missão pessoal, tendo as suas epístolas apenas o peso de confirmar tal evento.

Mesmo que essa hipótese, de que em sua missão oral Paulo de Tarso tenha detalhado o episódio a caminho de Damasco, ainda ficam muitas incertezas. No entanto, essas dúvidas são, de certa forma, esclarecidas apenas no livro dos Atos dos Apóstolos que, como já mencionado anteriormente, possuiu uma literatura histórica questionável por se debruçar em fatos místicos.

O médico evangelista Lucas, um dos que o conheceram, dá-nos nos *Actos dos Apóstolos*, nada menos que três versões do episódio do caminho de Damasco, o que atesta bem a importância que, para os Cristãos do tempo, assumiu este episódio e a conversão do grande

perseguidor, transformado em grande evangelizador no seio de uma Igreja para a qual ele mesmo é elemento determinante na afirmação da vocação universal desta, transbordante do espaço do Judaísmo. (FIALHO, 2012, p. 45).

No texto lucano, o próprio evento da conversão paulina é carregado de acontecimentos metafísicos inexplicáveis. Porém, é interessante trazer tais passagens para que sejam analisadas as primeiras formas que foram anunciadas a transformação de Paulo de Tarso. São três trechos que relatam todo o acontecimento.

Saulo, respirando ainda ameaças de morte contra os discípulos do Senhor, dirigiu-se ao Sumo Sacerdote. Foi pedir-lhe cartas para as sinagogas de Damasco, a fim de poder trazer para Jerusalém, presos, os que lá encontrasse pertencendo ao Caminho, quer homens, quer mulheres. Estando ele em viagem e aproximando-se de Damasco, subitamente uma luz vinda do céu o envolveu de claridade. Caindo por terra, ouviu uma voz que lhe dizia: “Saul, Saul, por que me persegues?” Ele perguntou: “Quem és, Senhor?” E a resposta: “Eu sou Jesus, a quem tu persegues. Mas levanta-te, entra na cidade, e te dirão o que deves fazer”. Os homens que com ele viajavam detiveram-se, emudecidos de espanto, ouvindo a voz mas não vendo ninguém. Saulo ergueu-se do chão. Mas, embora tivesse os olhos abertos, não via nada. Conduzindo-o, então, pela mão, fizeram-no entrar em Damasco. Esteve três dias sem ver, e nada comeu nem bebeu. (ATOS, 9: 1 – 9)

Nesse primeiro excerto do livro dos Atos dos Apóstolos, Paulo de Tarso é tomado por uma “luz” que o questiona a respeito de sua ação contra a Igreja de Cristo. Tal “luz” e “voz” são identificadas como ação do próprio Jesus, o que concilia esse trecho às passagens epistolares que Paulo de Tarso anuncia ter visto e ter recebido do próprio Cristo sua missão.

O <<diálogo de aparição>> é um gênero literário religiosamente familiar no contexto do Antigo Testamento; ele apresenta um duplo chamamento, uma pergunta ao Senhor, a auto-apresentação da personagem que é objeto de visão e, finalmente, o encargo que se pretendia. Foi precisamente neste sentido que se processou o diálogo de Jesus com Paulo, segundo o relato ocorrido na estrada de Damasco. (RAMOS, 2012, p. 59)

Em outro fragmento do texto lucano, a mesma cena é retratada de forma semelhante, contudo com alguns acréscimos e algumas supressões. O que

demonstra a vulnerabilidade que tais passagens possuem com relação à veracidade dos fatos.

Persegui de morte esse Caminho, prendendo e lançando à prisão homens e mulheres, como podem testemunhar o Sumo Sacerdote e todos os anciões. Deles cheguei a receber cartas de recomendação para os irmãos em Damasco e para lá me dirigi, a fim de trazer algemados para Jerusalém os que lá estivessem, para serem aqui punidos. Aconteceu que, estando eu a caminho e aproximando-me de Damasco, de repente, por volta do meio-dia, uma grande luz vinda do céu brilhou ao redor de mim. Caí ao chão e ouvi uma voz que me dizia: ‘Saul, Saul, por que me persegues?’ Respondi: ‘Quem és, Senhor?’ Ele me disse: ‘Eu sou Jesus, o Nazareu, a quem tu persegues’. Os que estavam comigo viram a luz, mas não escutaram a voz de quem falava comigo. Eu prossegui: ‘Que devo fazer, Senhor?’ E o Senhor me disse: ‘Levanta-te e entra em Damasco: lá te dirão tudo o que te é ordenado fazer’. Como eu não enxergasse mais por causa do fulgor daquela luz, cheguei a Damasco levado pela mão dos que estavam comigo. (ATOS, 22: 4 – 11)

Diferentemente do trecho anterior, os homens que acompanhavam Paulo de Tarso, “viam a Luz”, porém não “escutavam a voz”, mais do que uma simples contradição, deve-se pensar nos motivos que levaram Lucas a reescrever esse episódio, compreendendo que o mesmo apenas ouviu falar sobre o acontecimento, não sendo testemunha ocular do fato. A grande necessidade que envolve os três excertos é a mesma, a de afirmar o apostolado de Paulo de Tarso.

Ao repetir por três vezes a conversão de Paulo, Lucas poderia ter a intenção de fazer a investidura de Paulo como o <<apóstolo>> que cumpriu a profecia de Jesus de chegar com o evangelho até Roma, isto é, até aos <<confins do mundo>>. Este era o póstico da sua historiografia cristã, antecipando a totalidade da acção. A evolução da narração de conversão de Paulo em Lucas visa à intenção da criação de modelos de discipulado, tal como acontecia também no seu evangelho. Ser discípulo em Paulo não significa, no entanto, uma simples atitude obediente. Paulo é investido numa função de enviado como apóstolo.(RAMOS, 2012, p. 58)

No último fragmento que expõe a conversão de Paulo de Tarso, o objetivo é mais explícito que os trechos anteriores. Nele, Lucas tem por finalidade investir o magistério de Paulo de Tarso entre os pagãos com a vontade divina.

Quanto a mim, parecia-me necessário fazer muitas coisas contra o nome de Jesus, o Nazareu. Foi o que fiz em Jerusalém: a muitos dentre os santos eu mesmo encerrei nas prisões, recebida a

autorização dos chefes dos sacerdotes; e, quando eram mortos, eu contribuía com o meu voto. Muitas vezes, percorrendo todas as sinagogas, por meio de torturas quis força-los a blasfemar; e, no excesso de furor, cheguei a persegui-los até em cidades estrangeiras. Com este intuito encaminhei-me a Damasco, com a autoridade e a permissão dos chefes dos sacerdotes. No caminho, pelo meio-dia, eu vi, ó rei, vinda do céu e mais brilhante que o sol, uma luz que circundou a mim e aos que me acompanhavam. Caímos todos por terra, e ouvi uma voz que me falava em língua hebraica: 'Saul, Saul, por que me persegues? É duro para ti recalcitrar contra o aguilhão'. Perguntei: 'Quem és, Senhor?' E o Senhor respondeu: 'Eu sou Jesus, a quem tu persegues. Mas levanta-te e fica firme em pé, pois, este é o motivo por que te apareci: para constituir-te servo e testemunha da visão na qual me viste e daquelas nas quais ainda te aparecerei. Eu te livrarei do povo e das nações gentias, às quais te envio para lhes abrires os olhos e assim se converterem das trevas à luz, e da autoridade de Satanás para Deus. De tal modo receberão, pela fé em mim, a remissão dos pecados e a herança entre os santificados'. (ATOS, 26: 9 – 18)

Por meio dos três relatos é possível pensar na variedade de versões correntes na época. A de Lucas tem como motivação a necessidade que se fazia de afirmar a abertura das portas do mundo para o cristianismo e as portas do cristianismo para o mundo, investindo em Paulo de Tarso a responsabilidade de tornar acessível aos pagãos a salvação.

Na autoconsciência de Paulo, aquela que o guiou nos primeiros anos da sua atividade de missionário cristão, a revelação divina de Jesus Cristo, o Filho de Deus, tem como finalidade direta e imediata anunciar o Evangelho aos pagãos. Em outras palavras, ela fundamenta a sua função de apóstolo e, por isso, após a experiência da revelação, não tem necessidade de ir pedir permissão ou autorização àqueles que eram "apóstolos" antes dele em Jerusalém. (FABRIS, 2010, p. 145)

Paulo de Tarso torna-se assim uma das principais figuras do cristianismo do primeiro século, podendo ser considerado um dos maiores responsáveis pela universalização da proposta formativa cristã. "A missão infatigável de Paulo em proclamar o Evangelho nas cidades do império é a confirmação mais segura do papel decisivo e da eficácia espiritual da sua experiência em Damasco." (FABRIS, 2010, p. 169). A mesma força que o transforma de "perseguidor" a "propagandista" cristão é a responsável por impulsionar sua ação para além das fronteiras da Palestina.

Tanto Lucas como Paulo aceitam que existe uma analogia entre esta visão de luz que experimentou Paulo e as aparições de Jesus ressuscitado aos outros apóstolos. Nesse sentido, aquilo que aparece sublinhado não é tanto um acto de conversão; é mais propriamente uma espécie de investidura. O próprio Paulo insiste em ele próprio ser um apóstolo especialmente designado. (RAMOS, 2012, p. 60)

Portanto, o episódio a caminho de Damasco é, mesmo que repleto de incertezas e misticismo, importante para o cristianismo do primeiro século, visto que põe em cena uma das maiores personagens deste primeiro século do pensamento cristão, Paulo de Tarso.



FIGURA 4 – *Queda de Paulo*

Pintura sobre a prancha (séc. XV). Escola baixa Saxônia. Hannover (Alemanha) In:
FABRIS, 2008

3.3. As pegadas de um missionário.

Tarso, com sua localização privilegiada, proporcionou a Paulo uma abertura cultural a muitos povos, bem como devido à sua economia o ofício de tecelão de tendas, como anuncia Lucas no Livro dos Atos dos Apóstolos (18,3). Destacando assim, que durante toda a sua obra houve a alternância de dois períodos, um em que Paulo de Tarso se dedicava integralmente ao anúncio do evangelho e outro em que ele, para além da propagação do evangelho, trabalhava para o próprio sustento. (BARBAGLIO, 1989). Fato que pode ser considerado importante para toda a trajetória paulina pois muitas das vezes em defesa da sua missão de ser autônomo, serviu de provas da sua legitimidade e honestidade.

Como artesão, portanto, Paulo pertencia, sem dúvida, aos graus inferiores da escala social, precisamente à massa dos *humiliores*. Ele mesmo tem consciência disso: referindo-se ao trabalho manual que fazia em Corinto, afirma que se tinha humilhado (2Cor 11, 7). Sobretudo, aos olhos do grande público deveria parecer um homem vil, obrigado a sujar as mãos para ganhar a vida, por vezes obrigado até a passar fome, como parece no paradoxal catálogo de motivos para se orgulhar: “Trabalhos e fadigas, repetidas vigílias, com fome e sede, freqüentes jejuns, frio e nudez!” (2Cor 11, 27). (BARBAGLIO, 1934, p. 67)

Pode-se até questionar o seu trabalho manual, se for levando em conta que entre os romanos o trabalho braçal cabia apenas aos escravos e libertos, ou seja, as classes baixas da sociedade romana. Porém, Paulo de Tarso, mesmo validando a informação de ser um cidadão romano, não deve ser visto distante da cultura judaica, e nesta, “[...] de modo geral, não há nenhuma prevenção contra o trabalhador e o trabalho.” (BORTOLINI, p.22). Portanto, não são informações que se contradizem, pois Paulo de Tarso é um homem de três mundos, e que se pode dizer que viveu plenamente os direitos e os deveres inerentes aos três.

Deve-se ainda dizer que, embora o trabalho manual lhe tenha subtraído um tempo precioso, é necessário reconhecer que, afinal de contas, trabalhando nesta ou naquela casa, e também transferindo-se de navio desta cidade para aquela, não lhe faltavam ocasiões de contato e de diálogo com os companheiros de trabalho e de viagem. Eis um aspecto, pequeno mas que não se deve desprezar, de sua missão evangélica: propaganda capilar, face a face, no contexto de uma comunhão de vida e trabalho. (BARBAGLIO, 1934, 68)

Assim, pode-se compreender que Paulo de Tarso assumiu a ideia de viver uma vida de entrega plena ao anúncio do evangelho e que, por isso, “Não é exagerado afirmar que seu caminho apostólico foi uma verdadeira *via crucis*.” (BARBAGLIO, 1989, p. 37). Sua entrega fez com que suas ações e obras ganhassem destaques e prestígios, os quais trouxeram à viva a lembrança de Paulo de Tarso.

Enfim, lendo suas cartas, percebemos que Paulo manifesta a psicologia típica do convertido: adesão total à nova causa, e polêmica denúncia da posição anterior; forte e indestrutível consciência do acerto da opção feita; segurança e coragem, mesmo entre mil adversidades e contestações. Fruto de descoberta pessoal, sua fé é rigorosa, quente de amor. Ao mesmo tempo, porém, podemos notar nele mais de uma atitude intolerante e injusta em relação aos seus adversários. Os arranjos não se adequavam à sua tempera; desconhecia as meias-medidas. (BARBAGLIO, 1989, p. 21)

Essa empolgação de Paulo de Tarso não pode desmerecer seu trabalho consciente, ele não assume a tarefa de anunciar o evangelho aos pagãos apenas por sua euforia de recém-convertido, até porque, como já foi exposto anteriormente, a conversão de Paulo de Tarso não deve ser compreendida apenas no evento de Damasco, mas em um grande e complexo processo de compreensão e aceitação da nova proposta de homem e de mundo trazidas no mito de Cristo.

É possível distinguir três períodos. O primeiro, bastante obscuro, vai da conversão à agregação à comunidade de Antioquia da Síria. O segundo o apanha trabalhando nessa Igreja como personalidade de relevo, e como seu enviado à primeira grande missão cristã junto aos pagãos. No terceiro, já autônomo, é o animador de numerosas Igrejas na Ásia Menor e na Grécia; e, sobretudo, torna-se o categorizado expoente do cristianismo de língua grega, inteiramente liberto da tradição cultural e religiosa do judaísmo. (BARBAGLIO, 1989, p. 21 - 22)

O Segundo período da obra missionária de Paulo de Tarso realiza-se, portanto, na cidade de Antioquia da Síria. É importante destacar que a comunidade de Antioquia da Síria¹⁵ se diferencia desde o princípio da comunidade de Jerusalém,

¹⁵ Situada a leste do Mediterrâneo, no ponto em que a costa Síria forma um ângulo reto com a da Ásia Menor, estava edificada a vinte quilômetros do mar, na margem sul do largo rio Oronte, aninhada entre os contrafortes do Aman ao norte e do Cássio ao sul, e apoiada nas encostas verdejantes do

podendo ser compreendida como uma proposta alternativa para o cristianismo nascente, sendo a sede da primeira comunidade cristã mista, formada por judeus e pagãos.

O surgimento dessa comunidade deu-se após a perseguição contra os cristãos em Jerusalém, provocada pela morte de Estevão. Estevão parece representar o grupo dos seguidores de Jesus de origem “grega”, isto é, não-judaica. Morto seu líder, eles se espalham para fora do “território sagrado”, indo para a Fenícia, a ilha de Chipre e a cidade de Antioquia da Síria. Tentam primeiramente anunciar a Palavra aos judeus, mas logo se voltam aos pagãos, pessoas que, de modo geral, tinham as mesmas raízes e cultura (BORTOLINI, 2012, p. 41).

Antioquia da Síria, sede da administração romana na Síria e dado sua ótima localização se destaca por ser um ponto estratégico de comunicação entre o Ocidente e o Oriente Médio. “Antioquia é uma grande cidade, de mais de meio milhão de habitantes, a terceira cidade do Império Romano depois de Roma e Alexandria, a metrópole do Oriente [...]” (HOLZNER, 1994, p. 88). Uma cidade que favoreceu a propagação do cristianismo primitivo entre os considerados pagãos, pode ser reconhecida como a segunda grande sede da nova religião.

Ao lado de Barnabé, Paulo de Tarso trabalhou durante aproximadamente um ano em Antioquia da Síria, auxiliando a comunidade no anúncio da mensagem cristã. O trabalho realizado por Paulo de Tarso e sua estadia junto à comunidade Antioquena foi importante para a sua formação e para a formação de sua proposta para o homem cristão, pois é em Antioquia que se vê a primeira proposta de universalização da mensagem cristã do primeiro século.

Outro evento importante a ser destacado que envolve a comunidade antioquena é o fato de ter sido seus membros os primeiros a serem chamados de “Cristãos”. O que demarca que, já nessa comunidade, mesmo que ainda discretamente, o cristianismo se distingue das demais formas de cultos, inclusive do judaísmo.

Sílpio. Havia sido a capital dos Selêucidas, gloriosos herdeiros de Alexandre Magno, e mantinha contacto com todos os centros importantes do Império Romano; era, pois, o lugar ideal para uma Igreja que queria expandir-se entre os pagãos. O que Tarso significava para as regiões adjacentes da Ásia Menor, Antioquia significava-o para a Mesopotâmia e a Arábia (HOLZNER, 1994, p. 88).

Trata-se de uma designação que é feita por quem olha de fora aqueles que formam um grupo já distinto, tanto da comunidade judaica como de outras associações religiosas. São os seguidores ou defensores de “Cristo”, visto por quem ouve falar dele como um nome próprio. Tal designação não pode provir do ambiente judaico tradicional, pois os judeus que lêem a Bíblia em grego sabem que *Christós* significa “Messias”, e chamar os seguidores de Jesus de “cristãos” implicaria a admissão tácita da sua messianidade. Portanto, devemos concluir que esse nome reflete um modo de falar dos gregos-pagãos de Antioquia. Poderíamos dar um passo a mais considerarmos a sua forma latinizante de adjetivar. Essa particularidade linguística poderia apoiar a hipótese de que tal designação do grupo dos aderentes-defensores de *Christós* provém do ambiente oficial da administração romana, que está de olho nas novas formas de agregação religiosa (FABRIS, 2010, p. 192).

Antioquia da Síria, portanto, foi um marco na formação da proposta cristã primitiva, bem como importante para a formação de Paulo de Tarso. Nesta comunidade, Paulo de Tarso irá presenciar o afastamento do cristianismo de sua origem judaica, indo ao encontro de uma proposta de religião universal que ele mesmo irá fomentar em seus escritos.

Dos três períodos anunciados por Barbaglio (1989), o que proporcionou a Paulo de Tarso todo seu prestígio foi o terceiro, no qual ele se assumiu sua função como evangelística, dada, segundo ele, pelo próprio Cristo, anunciando e propagando a nova região em diversas cidades do Império.

Nessa postura de Paulo de Tarso é que se encontra a relevância do evento a caminho de Damasco, pois “Esse chamado está na base do fato de ele se considerar apóstolo plenamente autorizado a proclamar a Evangelho de Jesus Cristo aos pagãos.” (FABRIS, 2010, p.142). Plenamente autorizado, Paulo de Tarso não se vê dependente de ninguém, exceto do Deus, para que sua missão seja devidamente cumprida, “[...] certamente o evento de Damasco condicionou não apenas as escolhas religiosas e o estilo de vida de Paulo, o seu modo de anunciar o Evangelho, mas também sua reflexão sobre a fé cristológica.” (FABRIS, 2010, p. 152)

A ação de Paulo de Tarso era de certa forma bem pontual, ao chegar às cidades anunciava o evangelho; formava com os novos convertidos uma comunidade e, de imediato, iniciava uma breve e básica formação. Essas comunidades eram antes de mais nada, comunidades domésticas, se reuniam em casas de membros mais abastados. Como eles já se identificavam como algo

diferente do Judaísmo, eles se afastaram das sinagogas (BARBAGLIO, 1989). Considerando que a sala era o ponto de reunião da comunidade cristã primitiva, deve considerar que não se tratava de comunidades muito numerosas. “A igreja doméstica funcionava, portanto, como um núcleo da comunidade cristã” (BRANICK, p. 19, 1994).

Considerando que Paulo de Tarso passava períodos variados nas comunidades, em cada uma em um tempo determinado, é possível pensar que sua proposta formativa inicial cumpriria apenas o papel de inserir a comunidade no pensamento cristão.

Paulo de Tarso, após o anúncio pessoal nas comunidades entende por meio dos problemas emergentes das comunidades, que permaneceram lacunas na formação das comunidades cristãs. Dado a isso, a necessidade e importância das epístolas paulinas. Nelas contém a continuidade da proposta formativa para o homem cristão do primeiro século.

A atividade apostólica de Paulo consistia essencialmente em duas fases distintas quanto aos objetivos, conteúdos e tempos. A primeira da iniciava-se com a evangelização e terminava com a fundação de uma igreja e com a partida do apóstolo; a segunda era a orientação de comunidades já fundadas (PESCE, p 14, 1994).

Portanto, a leitura das epístolas paulina é fundamental para que seja analisada a proposta formativa de Paulo de Tarso. Nelas é possível buscar e encontrar, mesmo que de forma rudimentar, uma proposta fundamentada e estruturada para o homem de seu tempo, um homem inserido em um contexto extremamente específico e conflituoso. Esse novo homem, proposto pelo cristianismo e encontrado nas epístolas paulinas é justamente o resultado desse contexto.

Entre familiares e amigos, entre filósofos e retores, entre viagens e naufragos, entre pagãos e convertidos ou entre Oriente e Ocidente, Paulo herdou, assimilou e fundiu o cosmopolitismo do mundo helenístico com o ecumenismo tão característico do primitivo mundo cristão (PENA, 2012, p. 43).

3.4 A ação missionária de Paulo de Tarso

Para o estudo das epístolas paulinas é importante que seja pensado, a própria ação de Paulo de Tarso. A ação paulina efetiva se inicia em um terceiro momento de sua vida após sua inserção no movimento cristão, em que Paulo de Tarso se assume como apóstolo e, tomado pela certeza de seu apostolado, parte em busca da conquista dos povos considerados pagãos.

A chave fundamental para compreender a natureza da mensagem, ou melhor, das mensagens contidas nas epístolas paulinas é a consciência de que elas não são frutos de uma reflexão e de uma atividade de um indivíduo dirigida a indivíduos, mas testemunho de uma função e de uma atividade oficial de um apóstolo dirigida a comunidades de crentes (PESCE, p. 13, 1994).

Mesmo não dependendo de nenhuma das primeiras comunidades cristãs, e tendo como objetivo o cumprimento daquilo que ele entende como seu chamamento, “Paulo não viajava sozinho. Certamente suas viagens eram planejadas com cuidado.” (BORTOLINI, p.45). Seus companheiros, os quais alguns são citados em suas epístolas, sempre estão à sua disposição, encontrando em Paulo de Tarso uma liderança.

Não trabalhava sozinho; ajudavam-no na missão diversos colaboradores. Devem ser mencionados sobre tudo Silas ou Silvano, Timóteo e Tito. Pode-se mesmo afirmar que trabalhava em equipe. Naturalmente, o líder era ele, mas não deixa de reconhecer a colaboração determinante desses companheiros. (BARBAGLIO, 1989, p. 28)

São várias as questões que podem ser elencadas sobre a ação paulina, tais como: Quais eram as formas que Paulo de Tarso se deslocava pelo Império Romano? Quem pagava esse deslocamento e a sua ação? Dentro de suas epístolas, bem como no livro dos Atos dos Apóstolos é possível encontrar respostas para essas perguntas.



Figura 6 – *Paulo em viagem*

Oléo sobre tela. Trento-Longaretti (1977) In: FABRIS, 2008.

Como para todos de seu tempo, havia duas grandes opções de viagens, uma por mar, o que era caro, e outra pelas estradas do Império Romano. Paulo de Tarso fez uso das duas formas, ora de navio, ora pelas estradas. Por meio destas, Paulo de Tarso alcançava os grandes centros urbanos do Império Romano, nos quais ele fundava, quando possível, comunidades cristãs. Pode-se pensar que a estratégia de Paulo de Tarso era a de:

[...] atingir os grandes centros urbanos, fundar aí um núcleo cristão, dar-lhe uma formação básica e um pouco de organização, confiando que esse núcleo, por sua vez, se espalharia pelas grandes cidades,

pelas periferias e pequenas cidades dos arredores. (BORTOLINI, p.46)

Com relação ao sustento de suas atividades, Paulo de Tarso, trabalhava como tecelão de tendas, o que o possibilitava de prover seu próprio sustento. Porém, seu trabalho não foi de todo suficiente para que sua ação ocorresse de forma tranquila, o que justifica o auxílio recebido das comunidades que ele criava. Ora trabalhando com as próprias mãos, ora sendo ajudado, Paulo de Tarso seguiu com a sua ação, que consistia em alcançar grandes centros urbanos e lá propagandear a nova religião.

Os dados convergentes do epistolário e do livro dos Atos nos permitem delinear, ao menos em grandes traços, como Paulo conduzia sua ação evangelizadora. Antes de tudo, deve-se notar que ela foi exclusivamente urbana; e não poderia ser de outro modo: somente as cidades eram acessíveis através das célebres estradas do império romano, ou por via marítima. De outro lado, os missionários só podiam comunicar-se em língua grega nos centros urbanos. Assim, Paulo desenvolveu sua atividade em Damasco, Tarso, Antioquia da Síria, nos centros urbanos do sudeste da Ásia Menor, no centro-norte da Galácia, e, na Europa, filipos, Tessalônica, Beréia, Atenas, corinto e, finalmente, Éfeso, na província romana da Ásia. (Gl 1,16). (BARBAGLIO, 1989, p. 26)

Via de regra, Paulo de Tarso optava por um lugar onde nenhum missionário havia passado. “De fato, sentia-se vocacionado para levar o primeiro anúncio evangélico e para fundar novas comunidades cristãs, alargando a fronteira cristã cada vez mais, até os extremos confins da terra.” (BARBAGLIO, 1989, p. 27). Para ele, essa era a sua tarefa, o seu chamado, anunciar de forma inédita o Cristo ressurreto.

No quadro do cristianismo das origens, Paulo age com lúcida consciência de seu próprio papel: é arauto do alegre anúncio de que, em Cristo, a salvação foi oferecida por Deus como um dom a todos os homens; evangelista no sentido literal da palavra: “Na verdade, Cristo não me mandou para batizar, mas para anunciar o evangelho” (1Cor 1,17). Não se trata, porém, de uma mera comunicação verbal. O evangelho que ele anuncia não consiste apenas de palavras relativas à iniciativa salvífica de Deus e ao evento da morte e ressurreição de Cristo; o evangelho é, também e sobretudo, verdadeira palavra de Deus e de Cristo. (BARBAGLIO, 1989, p. 29)

Assim sendo, “[...] a evangelização de Paulo tinha como objetivo criar comunidades cristãs nos centros urbanos.” (BARBAGLIO, 1989, p. 30). Para isso, a sua estadia no interior das comunidades, variava de acordo com a especificidade de cada uma delas.

Não se pense, porém, que sua missão consistisse numa rápida estada. Pelo contrário, demorava-se, às vezes por longo período, nesta ou naquela cidade, tendo em vista a consolidação de sua obra. A evangelização se concretizava, de fato, na criação de comunidades sólidas e auto-suficientes. (BARBAGLIO, 1989, p. 27)

Conhecer a atividade de Paulo de Tarso exclusivamente por meio de suas epístolas é um equívoco, pois a primeira ação evangelística era feita de forma presencial. Essa foi fundamental para o cristianismo, o próprio Paulo de Tarso destaca ela em suas epístolas, as quais “[...] falam de uma catequese e de ações passadas de Paulo, por ocasião da fundação da comunidade. Conhecemos essas coisas apenas ‘de tabela’”. (BORTOLINI, p. 77). Suas epístolas, portanto, foram um complemento de sua obra presencial. Desta forma, o destacamento da personagem de Paulo de Tarso só é completo se pensando sua atividade missionária como um todo.

A exaltação do genial teólogo e do vivo escritor epistolar não nos pode fazer esquecer que Paulo foi antes de mais nada homem de ação. Não lhe faríamos justiça se o limitássemos ao papel de pensador, que exerceu sem dúvida. O melhor de si, ele o deu certamente no campo da missão cristã. Ainda mais que sua teologia é teologia missionária aplicada aos problemas vitais do anúncio evangélico e da existência da comunidade cristã. (BARBAGLIO, 1934, p. 93)

As epístolas se constituem assim a grande herança de Paulo de Tarso. Ele não foi só um grande escritor do cristianismo do primeiro século mas, antes de tudo, um homem de intensa ação. Seu epistolário é apenas parte da sua ação como propagandista cristão. Paulo de Tarso,

Elaborou, sem dúvida, uma penetrante interpretação da fé cristã. Mas sua atividade literária estava estreitamente ligada à vida de infatigável propagandista do evangelho e de zeloso pastor de almas, atento aos problemas concretos de suas comunidades da Ásia e da Europa. Deve-se também reconhecer que, no quadro do cristianismo dos primeiríssimos tempos, não foi o único grande missionário.

Lembre-se de Barnabé e do próprio Pedro. Pode-se, porém, defini-lo, e com razão, como o mais lúcido defensor da abertura da Igreja ao mundo pagão. (BARBAGLIO, 1989, p. 21)

O seu epistolário revela, assim, seu estreito e intenso relacionamento com a suas comunidades, “Dito com uma fórmula, o corajoso evangelizador foi também um sensível e zeloso pastor de almas.” (BARBAGLIO, 1989, p. 32). Da mesma forma, os seus interlocutores expressam sua admiração e afeto. Suas epístolas são provas desse relacionamento, ao mesmo tempo em que ele deseja notícias de suas comunidades, as mesmas desejam dele, além da sua presença, as suas instruções. O próprio Paulo de Tarso destaca sua íntima ligação com as comunidades, fazendo diversas vezes analogias às figuras paterna e a materna, buscando nessas referências demonstrar seu afeto.

Desta forma, a obra de Paulo de Tarso não pode ser pensada apenas por meio de suas epístolas, deve-se levar sempre em consideração que elas são apenas complementos de suas ações pessoais. “As cartas, portanto, são etapa posterior. E não nos dão uma visão abrangente da etapa anterior. Conhecer as cartas é, de certo modo, conhecer Paulo pela metade.” (BORTOLINI, p. 77).

4. AS EPÍSTOLAS PAULINAS COMO EXPRESSÕES DA PROPOSTA PEDAGÓGICA UNIVERSAL DE PAULO DE TARSO

presencial nas comunidades e a sua escrita e em alguns momentos com seu trabalho de tecelão, conseguiu fazer de suas epístolas um importante escrito formativo para o homem cristão.

Desde o cabeçalho até as suas conclusões e despedidas, Paulo de Tarso buscou formar os homens de suas comunidades. Os cabeçalhos, a princípio, são apenas um trecho destinado a saudações e identificação, porém, elas já abrem as epístolas buscando incutir nos seus destinatários as atitudes e características do ser cristão, bem como responder aos problemas da comunidade. Todas as suas palavras são intencionais, indo ao encontro dos seus interlocutores. A variação do cabeçalho se dá justamente pela variação do contexto e dos problemas das comunidades destinatárias.

As fórmulas de cabeçalho das cartas de Paulo, que se apoiam no título de “apóstolo”, pressupõem o “chamado” da parte de Deus. Paulo remete de modo explícito a essa experiência quando é obrigado a reafirmar o seu direito de anunciar o Evangelho como enviado de Deus ou apóstolo de Jesus Cristo. (FABRIS, 2010, p. 142- 143)

Seus textos evidenciam a necessidade de estar afirmando e reafirmando seu apostolado, em geral os cabeçalhos serão introduzidos com a autoafirmação de Paulo de Tarso.

A imagem que Paulo apresenta de si mesmo nas suas cartas parece ser mais coerente. No cabeçalho, ele se apresenta como “apóstolo de Jesus Cristo” ou “apóstolo de Cristo Jesus”. Desde sua primeira carta enviada à Igreja de Tessalônica, Paulo afirma sem pestanejar que participa de pleno direito da função e da autoridade do grupo que ele chama de “apóstolos de Cristo” (1Ts 2,7). [...] Paulo fundamenta essa certeza no fato de ser *kletós*, “chamado”, “escolhido”, com uma referência mais ou menos explícita à iniciativa gratuita e eficaz de Deus. O seu chamado ou sua investidura apostólica coincide com a experiência de Damasco. Paulo se Considera apóstolo porque viu o Senhor. Cristo ressuscitado apareceu a ele do mesmo modo que aos outros apóstolos. (FABRIS, 2010, p. 173)

Essa crise que envolve a legitimidade de Paulo de Tarso e sua ação como propagandista cristão no mundo considerado pagão, ameaçou a identidade das comunidades fundadas por ele. Porém, esse momento de crise acaba por servir para Paulo de Tarso como incentivo para que ele reformulasse e reafirmasse os alicerces de sua proposta formativa (FABRIS, 2010).

Essa necessidade de defender seu apostolado, para além de demonstrar a grande desconfiança que havia sobre a ação paulina, sinaliza com muita ênfase a reflexão que Paulo de Tarso faz de si mesmo, compreendendo e assumindo sua atividade de anunciar a mensagem cristã nascente.

A autoconsciência de Paulo “apóstolo”, como se apresenta em suas cartas, é fruto da sua reflexão sobre a atividade missionária itinerante. Diante de quem contesta o seu método missionário entre os pagãos, ele sente a necessidade de afirmar a legitimidade da sua função de “apóstolo de Jesus Cristo”. Esse confronto se dá nas Igrejas da Galácia e da Acaia, principalmente em Corinto. Nesses casos, Paulo, além de apelar para o “chamado” da parte de Deus, que o constitui apóstolo de Jesus Cristo, salienta o fato de que foi ele quem, por primeiro, anunciou o Evangelho nessa cidade ou região. Portanto, de pleno direito, ele se considera fundador da Igreja de Deus que está em Corinto ou na Galácia, pois, mediante o anúncio do Evangelho, deu origem à comunidade cristã local. Por isso, Paulo tende a se distinguir dos outros “apóstolos” de Jesus Cristo, que são enviados ou delegados das Igrejas para encargos ou missões particulares. Ele reivindica para si o título e a qualificação de “apóstolo de Jesus Cristo”, porque foi escolhido por Deus para proclamar o Evangelho de Jesus Cristo onde o Evangelho ainda não foi anunciado. (FABRIS, 2010, p. 173 - 174).

Diante dessa autorreflexão, Paulo de Tarso construiu toda a sua autoridade “No ambiente das suas comunidades, ele se torna o único ‘apóstolo’, fonte e avalista do Evangelho e da tradição oficial cristã.” (FABRIS, 2010, p. 174).

Entre os grandes pesquisadores de Paulo de Tarso há um consenso que “[...] atribui a Paulo a Primeira Carta aos Tessalonicenses, as duas aos Coríntios, as Cartas aos Gálatas, aos Romanos, aos Filipenses e a Filemon.” (BARBAGLIO, 1989, p. 45), trechos dessas epístolas tornam possível ver a evolução do próprio pensamento paulino.

O pensamento de Paulo evoluiu, e essa evolução pode ser percebida estudando as primeiras cartas para chegar às últimas. À medida que os anos iam passando, os problemas aumentavam. E o pensamento

de Paulo se torna mais amplo, exigindo esforço maior de quem o lê. (BORTOLINI, p.81 - 82).

A evolução do pensamento paulino tem, portanto como ponto de partida a I epístola aos Tessalonicenses. “O Novo testamento começa com Paulo. Quando morre (por volta do ano 68), está nascendo o primeiro evangelho, de Marcos. Todos os outros livros do Novo Testamento surgiram depois dos escritos de Paulo.” (BORTOLINI, p. 82)

Mesmo que a sua base fundamental fosse o judaísmo não é possível separar a obra paulina da influência recebida do mundo helenizado. Um dos maiores exemplos dessa influência está no uso contínuo da língua grega, a qual deixou marcas conceituais nas epístolas paulinas.

Lendo o epistolário paulino tem-se a impressão de que ele se move com desenvoltura e se sente à vontade nas metrópoles e nos grandes centros administrativos do Império. De resto, seria impossível para uma *peregrinus*, estrangeiro sem proteção e direitos civis, desenvolver uma atividade intensa e prolongada nas grandes cidades como Corinto e Éfeso, sem a cobertura da cidadania romana. (FABRIS, 2010, p. 37).

Paulo de Tarso fazia uso de uma linguagem comum aos seus meios sociais, já de início a própria cidade de Tarso, por ser uma cidade helenizada, tinha como língua comercial o grego de nível médio. O grego exprimiu dentro da proposta paulina conceitos e concepções, os quais foram importantes para o êxito do cristianismo entre os pagãos.

Essas cartas eram escritas em grego (*koiné*), um grego de nível médio. Essa constatação é reveladora, pois indica que Paulo de Tarso se movimentava no mundo greco-romano e parece ter usado a linguagem e as imagens de seu mundo urbanizado, com preferência aos termos filosóficos e aos da linguagem comercial e administrativa. (FABRIS, 2010, p. 17)

Dentro da cronologia das epístolas Paulinas, “A primeira carta é 1 Tessalonicenses. Foi escrita no início do ano 51, em Corinto.” (BORTOLINI, 2012, p.82). Desta forma, considerando que ela é o ponto de partida da obra paulina, passa por ela o amadurecimento do projeto universalista de Paulo de Tarso para o cristianismo primitivo.

Não há dúvida: a primeira carta aos Tessalonicenses é o mais antigo escrito do Novo Testamento. Remonta a 50/51, vinte anos após a morte de Jesus. Essa sua colocação cronológica torna-o preciosíssimo testemunho histórico, capaz de nos oferecer elementos válidos para uma descrição precisa da fisionomia das primeiríssimas comunidades cristãs. Com efeito, mesmo informando diretamente sobre a Igreja dos tessalonicenses, por reflexo nos leva a conhecer as expressões essenciais da fé cristã da época, dado que a pregação apostólica seguia esquemas constantes, e a adesão dos fiéis dava-se na base de exigências fixadas uma vez por todas. Ademais, Paulo, longe de erigir-se em mestre original e esotérico, apresentava-se como anunciador da alegre mensagem de salvação que, proclamada anunciada em grego em Antioquia da Síria, onde ele maturara sua vocação cristã e missionária. (BARBAGLIO, 1989, p. 63).

A epístola é destinada “à igreja de Tessalônica” (I TESSALONICENSES, 1-1). “Antes de tudo, pode-se dizer que ela era constituída – de modo predominante, mas não exclusivo – por convertidos do paganismo (1,9).” (BARBAGLIO, 1989, p. 65). O objetivo da primeira epístola aos tessalonicenses era solucionar problemas pontuais da vida e da convivência interna das comunidades fundadas por Paulo de Tarso. No caso, esses problemas são dúvidas e incertezas que perturbavam a comunidade cristã.

Paulo de Tarso e seus colaboradores haviam deixado a Igreja de Tessalônica em um ambiente hostil, dado que os fiéis sofriam com as perseguições da parte de seus conterrâneos. Com isso, desenvolve-se em Paulo de Tarso um temor de que esse clima desfavorável e sua partida apressada, o que impediu uma formação mais aprofundada da comunidade, fizessem com que eles abandonassem a mensagem anunciada por ele. Sua epístola nasce da necessidade enxergada por Paulo de Tarso de complementar a formação dos novos convertidos da comunidade de Tessalônica, que já demonstravam algumas lacunas deixadas pela formação inicial. (BARBAGLIO, 1989).

Por outro lado, o escrito nos mostra um primeiro esboço – parcial, mas significativo – dos temas que depois frequentarão o epistolário paulino, mais desenvolvidos e com maior profundidade, permitindo-nos avaliar a evolução de seu pensamento criativo e fecundo, no contato com situações novas e problemas emergentes. Aqui encontramos o primeiro Paulo, entusiasticamente voltado para a iminente vinda do Cristo glorioso, que iria pôr termo ao mundo presente e inaugurar o novo mundo da plena comunhão com Deus Pai e com seu Filho ressuscitado. Não demorará muito e o seu

centro de interesse se deslocará do futuro último, vivamente esperado, para o presente que, do ponto de vista cristão, estava cheio não só de expectativas, mas também de experiências novas de confiança e de amor, válidas por si mesmas, e que acabam sendo a antecipação real da salvação final. (BARBAGLIO, 1989 p. 63).

A leitura da epístola de Paulo de Tarso destinada comunidade cristã de Corinto (I CORÍTIOS, 1: 2), indica que o pouco tempo de ausência de Paulo de Tarso fora suficiente para que na Igreja de Corinto surgissem situações problemas.

Instigado pelas notícias que recebera, Paulo de Tarso escreve aos coríntios, marcando de forma incisiva sua posição, o que se corresponde à primeira epístola aos Coríntios, e que ocorreu provavelmente entre os anos 54 e 55. (BARBAGLIO, 1989). “Provocado pelas notícias que chegavam e pelas perguntas submetidas ao seu juízo, o apóstolo envia à comunidade de Corinto uma longa e articulada resposta.” (BARBAGLIO, 1989, p. 153).

A Segunda epístola destinada à comunidade cristã da cidade de Corinto (II Cor 1, 1), “[...] já foi definida, com razão, como “a mais enigmática das cartas de Paulo”. (BARBAGLIO, 1989, p. 379). Foi escrita por volta dos anos 56/57.

Os eventos apresentados nesta epístola não são mencionados em outros escritos, nem mesmo no livro dos Atos dos Apóstolos. As notícias sobre eles chegam apenas por meio da própria epístola. Dado a isso a enigmática sobre a unidade de tais eventos e conseqüentemente a unidade da segunda epístola aos Coríntios.

Em concreto, ela fala: a) de uma visita de Paulo a Corinto, que lhe trouxe muita tristeza; b) de um desagradável incidente que perturbou o relacionamento do apóstolo com a comunidade coríntia; c) de uma carta severa, escrita “entre muitas lágrimas”; d) do projeto de uma terceira viagem à capital da Acaia; e) da mediação de Tito, que fez a ligação entre Corinto, Éfeso e a Macedônia; f) de um acontecimento dramático vivido pelo apóstolo na Ásia, e de suas ansiedades; g) de anônimos adversários que, na Igreja coríntia, minam progressivamente sua autoridade apostólica; h) dos fatos ligados à coleta para os cristãos pobres de Jerusalém. Infelizmente, não é possível traçar a exata sucessão cronológica desses fatos. Somos, pois, obrigados a formular conjecturas, para poder reconstruir o quadro histórico completo no qual se insere a 2Cor. (BARBAGLIO, 1989, p. 380)

A epístola paulina, a Filêmon, provavelmente foi escrita na metade dos anos cinquenta, em Éfeso, metrópole da província romana da Ásia, local em Paulo de

Tarso devia estar preso. Tal epístola, embora fale várias vezes da prisão de Paulo de Tarso (cf. 10,13, 22), não deixa clara a localização da mesma (BARGAGLIO, 1991), o que torna o seu local de origem apenas uma hipótese.

Diferentemente das demais, foi escrito e direcionado para uma pessoa em específico, no caso, Filêmon, companheiro de Paulo de Tarso, o qual provavelmente dispôs das dependências de sua casa para que fosse instalada a comunidade cristã de Colosso. “[...] e à igreja que se reúne na tua casa.” (FILÊMON, 1: 2). Por mais que a epístola esteja claramente endereçada a Filêmon, a vontade de Paulo, que se destaca em suas saudações, é de que a mesma seja apresentada a todos os cristãos da comunidade.

O destinatário, nós o conhecemos somente através dos dados oferecidos pelo nosso bilhete. De nome Filemon; devia ser alguém bem situado na sociedade, dado o fato de ter um escravo (Onésimo) e, sobretudo, de estar em condição de hospedar a comunidade local (v. 2). Com toda probabilidade, tinha sido convertido pelo próprio Paulo (v. 19). (BARGAGLIO, 1991, p. 416)

Considerando que a temática e as questões tratadas na epístola dizem respeito especificamente a Filêmon, qual seria a necessidade de ler ou compartilhar entre os cristãos da comunidade o conteúdo da mesma? “São as mesmas também as fórmulas iniciais e finais de timbre litúrgico, que supõe uma leitura comunitária do escrito (3 e 25) (BARGAGLIO, 1991, p. 418).” Essa necessidade só é justificada se considerar as epístolas paulinas como um material pedagógico formativo.

No entanto, é preciso repetir que o escrito não pode ser caracterizado como privado, porque Paulo alarga o leque dos interlocutores a ponto de incluir a própria comunidade cristã local que se reúne na casa de Filêmon. Na sua opinião, o caso envolve inclusive as relações eclesiais, pois está em jogo a fraternidade dos fiéis, unidos na mesma fé e empenhados numa vida de amor mútuo. (BARGAGLIO, 1991, p. 423)

A epístola de Paulo de Tarso, escrita a todos os cristãos da comunidade de Filipo (FI 1: 1), é caracterizada por um tom afetoso, com o qual o apóstolo trata seus interlocutores, o que demonstra que a comunidade o imenso afeto que Paulo de Tarso tinha para com os cristãos da igreja de Filipos. (BARGAGLIO, 1991)

Composta sobretudo de pagão-cristãos, ela permaneceu sempre unida e fiel a Paulo. Em particular, mandou-lhe várias vezes ajuda financeira (Fl 4, 15 – 16; 2Cor 11,9). Depois, deu tamanha prova de generosidade, na coleta, que foi apresentada como exemplo para a Igreja de Corinto (2Cor 8, 1-5). E quando Paulo foi encarcerado, ela não só preocupou em socorrê-lo com donativos (Fl. 4,10 -20) mas também lhe mandou Epafródito, para que o assistisse em qualquer coisa e aliviasse a dureza da prisão (Fl. 2,25 – 26). (BARBAGLIO, 1991, p. 354).

Diferentemente de outras epístolas, nesta Paulo de Tarso não teve a necessidade de reafirmar seu apostolado. O que é justificado pela fidelidade dos filipenses a Paulo de Tarso e à mensagem anunciada por ele e seus colaboradores.

A epístola de Paulo de Tarso aos Gálatas é destinada a todas “as igrejas da Galácia”, o que indica que se tratava de mais de uma comunidade presente nesse território “[...] Escrita na Macedônia em 57, pouco antes de o apóstolo partir para Corinto (BARGAGLIO, 1991, p. 22)”, esta epístola aborda temas centrais da proposta formativa paulina. Já na introdução, Paulo de Tarso trata de deixar claras as suas intenções ao apresentar “[...] problemas de reconstrução histórica particularmente difíceis. De fato, como qualquer outro escrito paulino, esta carta precisa ser interpretada à luz da situação eclesial que provocou a intervenção de Paulo.” (BARGAGLIO,1991, p. 11)

Paulo escreve a mais de uma comunidade cristã (1,2). Conheceu pessoalmente os gálatas: sabe que, no passado, viveram no paganismo; e que, há pouco, abraçaram na fé o evangelho de Cristo por ele pregado; está a par da repentina marcha-a-ré que eles estão a ponto de cometer, sob a pressão dos novos pregadores chegados de fora. Toda a história das Igrejas da Galácia resume-se nessas três fases. (BARGAGLIO, 1991, p. 412)

Ao longo da obra de Paulo de Tarso pode ser observado um progresso gradual na elaboração e na fundamentação de seus escritos. A cada novo problema que surgia, criava-se a necessidade de fundamentar a proposta para o homem cristão, aprofundando e caracterizando seus fundamentos formativos. Deste modo, podemos pensar na carta aos Romanos como a herança teológica formativa de Paulo de Tarso. (BARBAGLIO, 1991).

A epístola aos Romanos é, portanto, a síntese de todo um processo de elaboração e fundamentação do pensamento cristão do primeiro século e, mais

precisamente, do pensamento de Paulo de Tarso, sendo a mais complexa dos seus escritos.

A carta é pensada como síntese do seu “evangelho”, isto é, do anúncio de Jesus Cristo, que ele vem fazendo há uns vinte anos de modo sistemático entre os pagãos. O confronto com os “adversários”, que propõem um “evangelho” alternativo, fez com que Paulo amadurecesse a convicção sobre a necessidade de fazer uma apresentação articulada e orgânica do seu anúncio de Jesus Cristo aos pagãos. (FABRIS, 2010. p. 498).

Além dessa importância teórica da carta aos Romanos, ela carrega em si particularidades que a difere das demais cartas de Paulo de Tarso. A exemplo, a carta aos Romanos, diferentemente das demais é escrita (55 -57 d. C.) para uma comunidade que não tinha sido formada pelo próprio autor. Porém, esta situação não foi problema para Paulo de Tarso, pois nela ele demonstra que havia estudado a comunidade romana. Sendo assim, comunidade cristã de Roma era bem conhecida por Paulo de Tarso.

4.2 As epístolas paulinas como complemento de sua ação

A obra de Paulo de Tarso tem como ponto de partida sua ação presencial nas comunidades, exceto o caso da comunidade de Roma que Paulo de Tarso não fundou. Tendo com principal função a de responder a problemas práticos e específicos de cada comunidade, as epístolas se tornaram um complemento ao anúncio e à formação inicial dada por Paulo de Tarso.

O epistolário paulino é, sem dúvida, um dos maiores escritos da tradição cristã do primeiro século. Nele, são encontrados os primeiros e principais fundamentos da formação cristã, bem como a figura do homem a ser formado.

[...] deve-se recordar que as cartas (com raras exceções, como Romanos) são uma etapa posterior ao contato primeiro, à fundação e consolidação das comunidades. De modo geral, podemos seguir o seguinte princípio: Paulo, pioneiro e desbravador, chegava a uma cidade em que ainda não se ouvira falar de Jesus Cristo e fundava aí uma comunidade cristã. Dava-lhe uma catequese básica, um mínimo de organização e encarregava-a de levar adiante essa proposta, abrindo novas fronteiras. (BORTOLINI, 2012. p. 75)

Se as epístolas de Paulo de Tarso são, por assim dizer, complemento de sua atividade presencial, pode-se pensar que elas, mesmo que de forma indireta, nos revela as bases dessa ação. Por meio delas é possível ter uma visão geral de seus ensinamentos presenciais.

Alguém poderá perguntar se existe um abismo entre o que Paulo ensinava à viva voz e o que escrevia. Provavelmente não. Mas não se deve esquecer de que as cartas respondem a problemas concretos do momento. Elas não se detêm nos campos da vida comunitária em que não há grandes tensões. Além disso, uma coisa é o ensinamento básico, o anúncio fundamental que provoca o surgimento das comunidades, e outra coisa é a continuidade, sobre a qual essas comunidades caminham no cotidiano. Se não há um abismo também não há igualdade. (BORTOLINI, 2012. p.76)

Esse distanciamento entre a ação presencial e o complemento epistolar é minimizado pelo próprio contexto de produção das epístolas, o qual é o mesmo da sua ação. Os dois processos, portanto, ocorreram simultaneamente, o que é evidenciado, mesmo que sem intenção, pelas próprias epístolas, pois na medida em que os problemas no processo presencial apareciam eles eram relatados e exemplificados em seus textos.

Paulo escreveu suas cartas em plena atividade missionária e pastoral. Não se trata, pois, de uma literatura nascida em gabinete, nem de produto da criatividade de um pensador distante dos fatos, e, menos ainda, o resultado de reflexões genéricas ou de especulações filosófico-teológicas atemporais. Ao contrário, o epistolário paulino traz a marca do “aqui e agora”. São cartas de ocasiões, já se disse com razão, no sentido de que foram ditadas pela urgência de dar resposta a problemas concretos e particulares das comunidades destinatárias, e pela necessidade do apóstolo de se comunicar com os fiéis de suas Igrejas ou, como no caso dos romanos, com os que partilhavam da mesma fé (Rm 1, 12). São ocasionais, sim, mas não particulares ou privadas, porque sempre exprimem a relação apóstolo de Cristo-comunidades cristãs. Mesmo a carta mais pessoal, a Filemon, entra nesse quadro de “oficialidade”. Paulo escritor se mantém, de fato, sempre fiel à sua imagem de homem do evangelho. (BARBAGLIO, 1989, p. 39)

Motivado, portanto, por problemas pontuais e específicos de cada comunidade as epístolas veem ao encontro das mesmas, como um ensaio formativo importante. “Todas elas têm como objetivo iluminar a caminhada das comunidades

em meio a tensões e conflitos, alegrias, esperanças e sofrimentos.” (BORTOLINI, p.77).

Desta forma, as epístolas não devem ser compreendidas como uma proposta formativa acabada. Paulo de Tarso não teve tempo para formular respostas elaboradas e sistematizadas, porém suas epístolas cumpriram o seu papel.

As cartas de Paulo surgiram como resposta a dificuldades concretas das comunidades que o Apóstolo ia fundando pouco a pouco. Conseqüentemente, não são tratados acabados ou normas teológicas completas sobre tema específico, muito menos, esquemas ou catecismos completos da fé, ao estilo moderno. Seus escritos são, pelo contrário, documentos ocasionais, exigidos pelo aparecimento de um determinado problema, pelo desejo do Apóstolo de fazer-se presente e saudar uma comunidade concreta, por seu interesse em motivar os líderes e chefes das comunidades e dar-lhes oportunidade para conhecer suas próprias peripécias na difusão do Evangelho. (SÁNCHEZ, 1996, p. 31).

Portanto, “As cartas ocupam-se diretamente dos problemas de fé e da vida cristã.” (BARBAGLIO, 1989, p. 30). Pois a ação primeira de Paulo de Tarso não foi suficiente para garantir a essas comunidades uma estabilidade, ou até mesmo, a capacidade de se manterem e progredirem sozinhas seguindo os princípios cristãos ditados por Paulo de Tarso.

No mesmo momento em que Paulo pensa ter completado seu plano missionário no Oriente – “anunciar o Evangelho onde ainda não chegou o nome de Cristo” – as comunidades cristãs por ele fundadas se envolvem numa crise que, com diferentes sintomas e intensidades diversas, se manifesta na Galácia, em Filipos e em Corinto. Não se trata apenas das dificuldades com as quais qualquer nova experiência religiosa se depara. As Igrejas fundadas por Paulo formam pequenos grupos que têm como ponto de referência a casa de algum membro mais abastado. É notório que, apesar da precaução de não dar na vista, se manifestam no ambiente social e religioso, tanto pagão como judaico, não apenas certa curiosidade desconfiada, mas também prevenções e aversões. O movimento cristão paulino, embora possa ser comparado em determinados aspectos com o judaísmo, procura adquirir uma organização autônoma em relação à sinagoga. Além disso, os grupos cristãos se diferenciam também das associações pagãs, os *collegia*, pois não participam das manifestações religiosas e sociais que marcam a vida da cidade. (FABRIS, 2010, p. 431)

Paulo de Tarso, envolvido na sua atividade de propagandista cristão, não pode retornar a todas as comunidades que criara, algumas foram contempladas com

a visita de um de seus companheiros, cuja tarefa era a de ampliar a formação das comunidades. Em alguns casos, nos quais não foi possível a visita de Paulo de Tarso e nem de seus companheiros e em outros em que a visita não fora suficiente, a continuação do processo formativo ficou a encargo das epístolas paulinas.

Quando podia, retornava a essas comunidades, a fim de dar continuidade ao processo de crescimento e de amadurecimento na fé. Às vezes, enviava pessoas de sua confiança, a fim de que a caminhada das comunidades não parasse no tempo e na história. Não podendo agir dessa forma, enviava uma carta, respondendo e dúvidas, ajudando a superar tensões, ordenando o que devia ser feito. As cartas, portanto, são segunda ou terceira etapa na evangelização de uma comunidade ou cidade. (BORTOLINI, 2012. p.75 - 76)

Assim sendo, o que impulsionou a elaboração de suas epístolas, foi a necessidade de reforçar a formação cristã das comunidades, solucionando problemas internos das mesmas. Mesmo que as epístolas tinham inicialmente a incumbência de responder a adversidades específicas de cada uma das comunidades, devido a seu caráter formativo, elas alcançaram um prestígio que as trouxeram vivas até os dias de hoje.

4.3 As Epístolas paulinas: Um esquema pedagógico para a formação do homem cristão

Em “[...] síntese, podemos definir as cartas apostólicas ou pastorais como substitutivos da viva voz do apóstolo, impossibilitado de ir visitar pessoalmente as comunidades.” (BARBAGLIO, 1989, p. 40). Esse instrumento de reforço formativo é indispensável para a compreensão da proposta pedagógica não apenas de Paulo de Tarso, como também a do cristianismo dos primeiros tempos.

Nas epístolas paulinas Cristo é considerado o único e exclusivo centro de agregação da comunidade cristã. As comunidades se desenvolvem em torno da mensagem da crucificação, tornando se participantes dela por meio do batismo (BARBAGLIO, 1989). Centralidade expressa já na introdução da epístola aos Gálatas:

Graça e paz a vós da parte de Deus nosso Pai e do Senhor Jesus Cristo, que se entregou a si mesmo pelos nossos pecados a fim de nos livrar do presente mundo mau [...] (GÁLATAS, 1: 3 – 4)

Mesmo que tenham objetivos específicos, as epístolas paulinas possuem um alicerce comum. Partindo da temática central, no caso o Cristo morto e ressuscitado, é que Paulo de Tarso irá articular os demais conceitos formativos de sua proposta. Nenhum dos elementos formativos expostos nas epístolas paulinas estão distantes das temáticas da morte e da ressurreição de Cristo.

O discurso teológico e formativo é centrada na cruz de Cristo, Paulo de Tarso é implícito nas respostas dadas aos seus interlocutores, e na primeira epístola aos Coríntios, faz questão de fazer distinção entre a sua mensagem e a sabedoria humana. Centrando na mensagem da cruz a verdadeira e única sabedoria.

Pois não foi para batizar que Cristo me enviou, mas para anunciar o Evangelho, sem recorrer à sabedoria da linguagem, a fim de que não se torne inútil a cruz de Cristo. Com efeito, a linguagem da cruz é loucura para aqueles que se perdem, mas para aqueles que se salvam, para nós, é poder de Deus (I CORÍNTIOS, 1: 17 – 18).

A partir desses pressupostos torna-se possível a análise de toda a proposta formativa paulina, visando à compreensão da metodologia aderida por Paulo de Tarso, de seus elementos formativos e principalmente de seus objetivos formativos.

Na epístola aos Filipenses, ele destaca o processo progressivo que sua proposta é, por meio da qual o homem se aperfeiçoa paulatinamente até o fim de sua vida, o que se assemelha com a proposta estoica. “Não que eu já o tenha alcançado ou que já seja perfeito, mas prossigo para ver se o alcanço [...]” (FILIPENSE, 3: 12)

Dando sequência, Paulo de Tarso já destaca em poucas palavras o que pode ser considerada a temática central, não apenas da epístola aos Gálatas como de toda sua missão enquanto apóstolo propagandista do cristianismo. “Graça e paz a vós da parte de Deus nosso Pai e do Senhor Jesus Cristo, que se entregou a si mesmo pelos nossos pecados a fim de nos livrar do presente mundo mau [...]” (GÁLATAS, 1: 3 – 4). É nesta afirmação que, sem dúvida, se cumpre a grande proposta universalista de Paulo de Tarso.

É justamente nessa oposição que por meio de Paulo de Tarso e suas obras que o Cristianismo se abre aos povos considerados pagãos, tornando-se uma proposta religiosa universal. Segundo Paulo de Tarso em Cristo “[...] deve reconhecer eficácia salvífica, com exclusão de qualquer outro mediador, inclusive a lei.” (BARGAGLIO, 1991, p. 37). A Lei judaica fechava as portas do cristianismo para o restante do mundo, fazendo com que ele fosse uma proposta nacionalista e particular. Com o rompimento da mensagem cristã com a Lei mosaica se abriram as possibilidades de expansão dessa nova proposta de homem.

Paulo de Tarso, já no início da sua carta aos Romanos, aborda um dos principais fundamentos formativos de seu pensamento, o responsável por dar a Paulo de Tarso grande prestígio e importância para o pensamento cristão do primeiro século, a universalidade de sua proposta para o cristianismo. Paulo de Tarso rompe com o particularismo que existia na proposta inicial do cristianismo, e ele faz isso deixando clara a inclusão de todos os homens em sua proposta formativa: “Pois eu me sinto devedor a gregos e a bárbaros, a sábios e a ignorantes. Daí meu propósito de levar o Evangelho também a vós que estais em Roma.” (Romanos, 1: 14-15).

A igualdade se realiza, antes de tudo, no processo salvífico. A ação é do Deus de todos, e não só dos circuncisos (3,29; cf. 10,12). Ele é “justo”, ou seja, fiel a si mesmo e ao seu projeto de salvação universal; por isso intervém para reconciliar a humanidade (3,26). Sua ação é mediada por Cristo, o novo Adão que resgata (3,24) a velha humanidade escravizada pela força maléfica do Pecado e destinada à morte eterna (5,12-21; cf. 7,25a). No plano subjetivo, a participação efetiva na salvação ocorre unicamente pela fé (cf. 1,17; 3,21-31; cap. 4; 5,1; 9,30-32; 10,6ss), à qual todos são indistintamente chamados: bons e maus, observantes da lei divina do Sinai e os “sem-lei”, os que carregam uma tradição religiosa respeitável e os que caminham pelas sendas da idolatria, o fariseu que possui títulos de respeitabilidade moral e o publicano que deles é desprovido. Diante do último Deus, que misericordiosamente (11,32) se revela em Cristo, está a pessoa humana enquanto tal, que é chamada a uma adesão vital, a aceitar responsabilmente o Pai de Jesus, criador de vida onde reina a morte (4,17), e a obedecer Àquele que encarna em seu agir uma dinâmica de amor desinteressado e universal (5,5-8). (BARBAGLIO, 1991, p. 129).

É justamente desta forma que a proposta de Paulo de Tarso foi adquirindo seu caráter universal, pois neste conflito entre graça e fé é que se encontra a chave para interpretação da proposta formativa paulina. A graça foi derramada sobre todos

os homens, portanto segundo Paulo de Tarso: todos os que pela fé crerem na graça farão parte do projeto salvífico de Deus. “Não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher; pois todos vós sois um só em Cristo Jesus” (GÁLATAS, 3: 28).

Para fazer essa explanação, Paulo de Tarso usa de dois estilos de vida diferenciados, um antagônico ao outro. Aqueles que, por meio da fé no amor de Cristo, adquiriram a graça devem se dedicar agora a uma vida de aperfeiçoamento, uma vida no Espírito. Em contrapartida, aqueles que não aderem à nova fé se dedicam a uma vida de entrega ao pecado, uma vida na carne.

A proposta de Paulo de Tarso em suas cartas é justamente a de formar os homens para o cultivo da alma e não o do corpo. O homem cristão, portanto, deve ser formado para o aprimoramento da alma.

Sendo assim, a salvação cristã não é dada de uma vez por todas, sendo uma posse inalienável, mas sim se torna uma realidade dinâmica que se identifica com os ritmos concretos da vida. A santificação do homem é, portanto, um processo vivo que ocorre cotidianamente, nas decisões e nas escolhas de cada hora (BARBAGLIO, 1991). Como Paulo de Tarso mesmo sistematiza em sua epístola aos Filipenses:

Não que eu já o tenha alcançado ou que já seja perfeito, mas prossigo para o alvo para ver se o alcanço, pois que também já fui alcançado por Cristo Jesus. Irmãos, não julgo que eu mesmo o tenha alcançado para o que está diante, prossigo para o alvo, para o prêmio da vocação do alto, que vem de Deus em Cristo Jesus. Portanto, todos nós que somos “perfeitos”, tenhamos este sentimento, e, se em alguma coisa pensais diferentemente, Deus vos esclarecerá. Entretanto, qualquer seja o ponto a que chegamos, conservemos o rumo. (FILIPENSES, 3: 12 – 16)

O pensamento de Paulo de Tarso, mesmo que tenha sido de certa forma revolucionário por romper com o nacionalismo dos primeiros apóstolos propondo uma religião universal destinada a todos, homens, mulheres, escravos, pagãos e bárbaros, esbarra em uma proposta de conformidade com a realidade, não permitindo ao cristianismo propor uma transformação social. Mas, é exatamente aqui que se encontra toda a grandeza e complexidade do pensamento paulino, pois este

foi capaz de propor um conformismo presente baseado unicamente em uma promessa de futuro, e não um futuro terreno e sim no pós-morte.

4.4 Graça: o conceito chave da proposta paulina

Nesse processo de universalização da proposta formativa cristã do primeiro século, Paulo de Tarso elabora um conceito que dentro de sua obra é fundamental e complexo, a graça. É com base nesse conceito que Paulo de Tarso fomenta seu pensamento alargando assim as fronteiras de sua proposta formativa. Paulo de Tarso traz sintetizada essa questão em um trecho da carta aos Romanos: “[...] e são justificados gratuitamente, por sua graça, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus [...]” (ROMANOS, 3: 24). É, portanto, por meio da graça divina que o homem alcança a salvação.

De fato, pela Lei morri para a Lei, a fim de viver para Deus. Fui crucificado junto com Cristo. Já não sou eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim. Minha vida presente na carne, vivo-a pela fé no Filho de Deus, que me amou e se entregou a si mesmo por mim. Não invalido a graça de Deus; porque, se é pela Lei que vem a justiça, então Cristo morreu em vão (GÁLATAS, 2: 19 – 21).

Apoiando-se no pensamento de que Cristo é o fundamento da proposta cristã, Paulo de Tarso, mesmo tendo utilizado em sua formação ter muitos conceitos e concepções filosóficas, nega todo o conhecimento humano, centralizando a base de sua mensagem na cruz, morte e ressurreição de Cristo (I CORÍNTIOS, 1: 17 – 31). Enfatiza que tanto para judeus como para gregos, a cruz é escândalo e loucura. Em meio a esse trecho se destaca a graça, um dos fundamentos formativos da proposta paulina. Paulo de Tarso, apoiado nesse elemento formativo, afirma sua proposta universalista, a qual alcança “tanto judeus como gregos” (I CORÍNTIOS, 1: 24). A verdade ou conhecimento de Cristo é, na proposta paulina, destinado a todos os que creem, independente de origem, judaica ou pagã.

A graça também se destaca, quando a respeito da comunidade de Corinto, Paulo de Tarso afirma: “não há” “muitos” intelectuais, ou poderosos ou pessoas de

famílias prestigiosas, o que não exclui a possibilidade de haver, mesmo que pouquíssimos, um ou outro pertencente a camadas mais elevadas da sociedade. Paulo de Tarso utiliza essa informação para demonstrar que não é pela riqueza, sabedoria ou prestígio que Deus chama os cristãos, mas sim pela graça. Todos os que foram chamados por Cristo: “[...] aquele que vos chamou pela graça de Cristo [...]” (GÁLATAS, 1: 6).

Segundo a proposta paulina, o cristão se torna sábio na medida em que se formar no Evangelho. O início dessa formação ocorre por meio da graça, isto é, por meio da iniciativa de Deus, bastando ao homem apenas responder positivamente a essa iniciativa. Paulo de Tarso afirma: “Aquele que começou em vós a boa obra há de leva-la à perfeição até o dia de Cristo Jesus” (FILIPENSES, 1: 6). É, portanto, a graça que interfere no processo de aperfeiçoamento ou acabamento do ser, em sua caminhada para a santificação.

Seguindo esse mesmo raciocínio, Paulo de Tarso opõe a Lei à Graça. Essa dicotomia é fundamentada da seguinte maneira: Cristo morreu para dar acesso a todos a Deus. O que definitivamente anula a validade da Lei diante do projeto de Deus. Portanto, segundo ele, só Jesus salva.

Ora, a Lei interveio para que avultasse a falta; mas onde avultou o pecado, a graça superabundou, para que, como imperou o pecado na morte, assim também imperasse a graça por meio da justiça, para a vida eterna, através de Jesus Cristo, nosso Senhor (ROMANOS, 5: 20).

Desta forma, a Graça se torna um dos conceitos fundamentais dentro da proposta paulina. Esse conceito se relaciona com os demais conceitos da proposta formativa de Paulo de Tarso em uma dinâmica de dependência. Os outros conceitos são dependentes da Graça.

É possível resumir o significado de Graça no seguinte trecho da epístola de Paulo de Tarso aos Romanos: “Com efeito, conheceis a generosidade de nosso Senhor Jesus Cristo, que por causa de vós se fez pobre, embora fosse rico, para vos enriquecer com sua pobreza” (II CORÍNTIOS, 8: 9). Portanto, a graça seria justamente esse ato de “generosidade” que foi a morte e ressurreição de Cristo, em síntese, a graça é a expressão de que Cristo já morreu e ressuscitou para salvar a humanidade, bastando aos homens apenas aceitar esse sacrifício.

4.5 Esperança: um processo de aperfeiçoamento

Nas epístolas paulinas, a esperança se destaca como algo que vai para além da simples espera, superando-a, assumindo um significado de prosseguir continuamente no caminho que leva até a Deus.

Pois nossa Salvação é objeto de esperança, e ver o que se espera, não é esperar. Acaso alguém espera o que vê? E se esperamos o que não vemos, é na perseverança que o aguardamos (ROMANOS, 8: 24 – 25)

Desta forma, o esperar cristão não deve ser estagnado, mas sim, um processo de constante progresso, caminhando dia após dia na expectativa da consumação do projeto salvífico de Deus. “Por conseguinte, a esperança pressupõe a fé na morte e ressurreição de Jesus - como, inversamente, não haverá esperança quando faltar essa fé” (SÖDING, 2003, p. 89).

Sobre a espera do cristão, Paulo de Tarso é enfático dando crédito aos questionamentos feitos pelos tessalonicenses a respeito do destino dos mortos, pois ele mesmo destaca:

Irmãos, não queremos que ignoreis o que se refere aos mortos, para não ficardes triste como os outros que não tem esperança. Se cremos que Jesus morreu e ressuscitou, assim também os que morreram em Jesus, deus há de levá-los em sua companhia. Pois isto vos declaramos, segundo a palavra do Senhor: que os vivos, os que ainda estivermos aqui para a vinda do Senhor, não passáramos à frente dos que morreram. Quando o Senhor, ao sinal dado, à voz do arcanjo e ao som da trombeta divina, descer do céu, então os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro; em seguida nós, os vivos que estivermos lá seremos arrebatados com eles nas nuvens para o encontro com o Senhor, nos ares. E assim, estaremos para sempre com o Senhor. Consolai-vos, pois, uns aos outros com estas palavras. (I TESSALONICENSES, 4: 13 – 18)

Esses questionamentos são aceitos por Paulo de Tarso, o que sinaliza que essa temática fora trabalhada sem muitos detalhes em sua ação presencial, ou que

mesmo tendo sido detalhada ela foi centrada na vinda final de Jesus Cristo, o que a comunidade de Tessalônica acreditava ser em breve. Tanto que, ao escrever aos Tessalonicenses, Paulo de Tarso se inclui no grupo dos que estaria vivo na volta de Cristo. Desta forma, se destaca a esperança viva da volta de Cristo, ele acreditava na volta próxima de Cristo.

A espera, então, assumia o tom de febril e ansiosa expectativa, pois se pensava que a vinda de Cristo era iminente. O próprio Paulo incluía-se tranquilamente entre os vivos que participariam do evento (4,17). Não se deve mesmo excluir que os fieis, estimulados pela ressurreição de Jesus, vitorioso sobre a morte, acreditassem que escapariam da terrível experiência da morte [...] os fieis passariam diretamente desta terra para a feliz morada celeste. A salvação consistia justamente nesse feliz trânsito, que fazia parte do ardente desejo da comunidade cristã. (BARBAGLIO, 1989, p. 66).

O ponto de partida de Paulo de Tarso é Jesus, se ele morreu e Deus o ressuscitou, aquele que morrer em Jesus também será ressuscitado, por isso o esperar da comunidade cristã deve ser uma espera convicta.

Assim, Paulo pode dirigir a seus interlocutores o convite ao encorajamento e ao consolo recíproco, baseado em seu ensinamento: “Portanto, uns e outros consolem-se com essas palavras”. Iluminado pela fé o destino dos fieis, segue-se uma atitude de confiante esperança, capaz de cortar pela raiz qualquer angústia diante da morte. (BARBAGLIO, 1989, p. 98).

Dentro da comunidade cristã de Corinto, da mesma forma que na primeira epístola escrita à comunidade cristã de Tessalônica, surgiram dúvidas que dizem respeito aos destinos dos fiéis, tanto os vivos como os mortos. A resposta que Paulo de Tarso deu aos Coríntios fora mais bem articulada e aprofundada que a dada aos Tessalonicenses. Pode-se pensar que essa diferença se dá principalmente pela evolução de seu pensamento ao longo de sua atividade missionária. Em síntese, a resposta dada aos coríntios afirma que:

Cristo ressuscitou não como caso esporádico, nem como indivíduo isolado. É, ao invés, o primeiro de uma série (15,20), mais exatamente, o cabeça de uma nova humanidade, como, em sentido negativo, houvera sido Adão, em relação à humanidade pecadora e perdida (15,21-22). Por isso, ele é o ressuscitado, mas também o ressuscitador de todos os que se solidarizam com ele na fé. Vencedor da morte em sua própria pessoa, ele será verdadeiramente

Senhor quando houver vencido a morte também nos seus, realizando assim completamente o seu reino e a última condição para a plena instauração do reino de Deus (15,23 – 28). (BARBAGLIO, 1989, p. 161).

Desta forma, está nas características do verdadeiro cristão esse sentimento de confiança plena no projeto de Salvação feito por Deus e executado por Cristo. Tal salvação é uma promessa que vai além de que tudo que as pessoas possam esperar.

4.6 Fé: a resposta ao projeto salvífico de Deus

Nas epístolas paulinas um dos conceitos primordiais de sua proposta formativa é a Fé. Nela se exprime de forma mais clara a origem da relação do homem com Deus. Para que o homem possa aceitar fazer parte do projeto salvífico de Deus, é necessário que ele tenha fé no Cristo e no projeto de salvação que teve início nele.

A verdade do Evangelho coincide com o anúncio de Jesus Cristo. Ele é o único mediador da salvação concedida por Deus a todos os seres humanos que se abrem a ele pela fé. Se isso é verdade, então não há razão para haver separação entre judeus e pagãos convertidos (FABRIS, 2010, p. 251).

A princípio, a fé provém da própria escuta da palavra de Deus, anunciada de início pelos apóstolos, na medida em que o ouvinte vai acolhendo a palavra anunciada. Porém, Paulo de Tarso em seu esquema pedagógico atribui a fé, assim como os demais elementos de sua proposta, à um efeito da graça. Paulo de Tarso anuncia salvação por meio da fé, sempre destacando que se trata objetivamente daquela fé que age pela graça. “Se a fé é capaz de mediar a salvação, isso acontece porque ela é uma forma de expressão da soberania de Deus e está, por isso, em condição de perceber o ser-em-Cristo” (SÖDING, 2003, p. 135). O homem ouve a mensagem cristã, mas é a graça que o faz aceitá-la.

A “fé”, da parte dos seres humanos, corresponde à iniciativa salvífica de Deus. A fé, segundo Paulo, é a condição única e necessária para participarmos da força de salvação que se manifesta e se torna

presente no Evangelho. Por isso, todos os seres humanos, sem distinções étnicas ou religiosas, são destinatários da ação eficaz e gratuita de Deus. (FABRIS, 2010. p. 514-515).

A fé em Cristo também se destaca nas epístolas paulinas como o fator que faz os fiéis obedecerem às instruções de Deus, fazendo com que reconheçam a vida passada como algo a ser superado. Porém, a obediência às leis de Deus deixa de ser a mesma anunciada pelo judaísmo, a fé na proposta paulina vem justamente minar a confiança salvífica nas obras da lei, tornando assim aos homens impossível “substituir a graça divina pela obra pessoal” (SÖDING, 2003, p. 41). O único fundamento, motivo e causa, da salvação do homem é o Cristo morto e ressuscitado. “Pois, em Cristo Jesus, nem a circuncisão tem valor, nem a incircuncisão, mas apenas a fé agindo pela caridade” (GÁLATAS, 5: 6).

Fundamental é a fé. Visto que acolhe a pregação cristã como evangelho de Deus, ela se põe – sempre de modo novo – no início da vida cristã. Ainda mais: visto que conduz por Jesus Cristo à relação correta com Deus, ela constitui de modo amplo e insuperável a identidade pessoal (1, 26- 31; Gl 2, 19s) para a qual se volta a promessa salvífica do evangelho (SÖDING, 2003, p. 153).

4.7 Liberdade: a nova condição do cristão

A hipótese de que a realidade socioeconômica dos membros das primeiras comunidades cristã, era, em sua maioria, condizente com a realidade da maioria da população do Império Romano, ou seja, pertencentes às camadas mais baixas da sociedade. Como anunciado na primeira seção do texto, a grande massa da população do Império era de origem escrava.

Pode-se dizer assim que, as temáticas: Escravidão e Liberdade eram fundamentais, no contexto em que se viviam as comunidades, e se relacionavam diretamente com a realidade da maioria dos membros das comunidades cristãs.

Fato que justifica essas temáticas estarem presentes, mesmo que sempre variando devido à especificidade de cada comunidade, em todas as epístolas paulinas. “Muito rapidamente o problema da escravidão impôs-se às comunidades cristãs. Não poucos eram os escravos que se converteram à fé cristã.” (BARGAGLIO, 1991, p. 419).

Essa discussão é tão viva dentro das comunidades que se torna artigo de formação. Paulo de Tarso, por meio da diferenciação da Liberdade e da Escravidão, se propõe a formar o homem cristão, o que inaugura uma nova forma de compreender essa relação social. Paulo de Tarso não se compromete com uma transformação social, porém, não pode se ausentar de tal temática. “O problema da escravidão não é tocado em seus aspectos políticos e estruturais; é levado, ao invés, para o coração das relações fraternas que caracterizam a existência dos fiéis.” (BARGAGLIO, 1991, p. 425).

A epístola a Filêmon é justamente uma síntese de Paulo de Tarso a esse respeito. Pequena e densa, essa seria a melhor definição para essa epístola. Seu tema central é justamente a escravidão e a Liberdade, a grande notoriedade da discussão é dada pelo fato de que Filêmon é um dono de escravos, o que evidencia e confirma que ele era um homem de posses, mesmo que se considere que não eram muitos os seus bens, ele possuía mais que a grande maioria dos cristãos da comunidade.

Nessa epístola, portanto, aparece a definição de liberdade para Paulo e de certa forma para o cristianismo. O homem é livre em Cristo e prisioneiro de Cristo. Sendo que, a liberdade em Cristo não diz respeito a uma liberdade terrena ou física e sim uma liberdade espiritual e pós-vida terrena. Isso fica destacado quando Paulo “devolve” Onésimo.

A liberdade cristã, então, está relacionada à capacidade do indivíduo de discernir a respeito de suas práticas, buscando agradar a Deus e respeitar os seus pares. Paulo de Tarso enfatizou isso, tendo em vista as discordâncias entre cristãos provenientes do judaísmo e os cristãos greco-romanos (SILVA, 2016, p. 132).

4.8 Amor: o agente das relações intra e extracomunitário

Dentro toda a proposta formativa de Paulo de Tarso, destaca-se também o amor como um dos principais agentes na formação do homem cristão. “O aprofundamento e a sublimação de ideia de Deus, concebido como amor, não poderia deixar de reformar, outrossim, a concepção das relações do homem para com Deus, e bem assim as relações mútuas dos homens entre si [...]” (BOENNER; GILSON, 1970, p.17).

Paulo de Tarso, sublinha em suas epístolas que esse sentimento é efeito da graça de Deus, derramada sobre os homens por intermédio do sacrifício de Jesus Cristo, sendo ele, o grande exemplo do amor incondicional de Deus.

Mas Deus demonstra seu amor para conosco pelo fato de Cristo ter morrido por nós quando éramos ainda pecadores. Quanto mais, então, agora, justificados por seu sangue, seremos por ele salvos da ira. Pois se quando éramos inimigos fomos reconciliados com Deus pela morte do seu Filho, muito mais agora um vez reconciliados, seremos salvos por sua vida. E não é só. Mas nós nos gloriamos em Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por quem desde agora recebemos a reconciliação (ROMANOS, 5: 8- 11).

Nesse sentido que “Cristo era a própria ágape encarnada em homem, segundo a proposta paulina, para ensinar e nortear o comportamento humano. Segundo essa proposta, a mudança se estabelece no individual para, então, ser gestada no coletivo” (SILVA, 2016, p. 133). Ao aceitar a mensagem cristã, os homens aceitam o amor derramado por Deus.

Mas se, por um lado, a ágape como “fruto do pneuma” se deve unicamente à graça, isso significa, em contrapartida, que os crentes são conduzidos à ágape quando se deixam determinar a agir pelo Espírito de Deus. O andar no Espírito, em que a vida deve amadurecer segundo o Espírito (5,25), consiste na ágape. (SÖDING, 2003, p. 139).

O Amor se destaca na proposta paulina de formação para o homem cristão, na medida em que aparece como o agente de relação entre Deus e os homens, bem como da relação homem/Deus e homem/homem.

Mas em tudo somos mais que vencedores, graças àquele que nos amou. Pois estou convencido de que nem a morte nem a vida, nem os anjos nem os principados, nem o presente nem o futuro, nem os poderes, nem a altura, nem a profundidade, nem qualquer outra criatura poderá nos separar do amor de Deus manifestado em Cristo Jesus, nosso Senhor. (ROMANOS, 8: 37 – 39)

É nesse sentido que podemos considerar o amor um elemento formativo, pois é ele quem irá caracterizar as relações interpessoais das comunidades cristãs.

O amor ao próximo é o outro lado da relação com Deus e Jesus, revela aos cristãos: a ágape corresponde à vontade de Deus e à instrução de Jesus Cristo; ele faz parte da resposta que os ouvintes da palavra devem dar ao evangelho (SÖDING, 2003, p. 43).

Ao mencionar o amor em suas epístolas Paulo de Tarso faz uso do termo Ágape, o qual demarca a divindade desse sentimento. O amor que os cristãos devem sentir em suas relações interpessoais é um sentimento incondicional, ou seja, ele será o agente das relações no interior da comunidade, do mesmo modo que das relações dos cristãos com o resto do mundo. “Ágape é para Paulo a essência da reta atitude com o próximo, tanto dentro como fora da *ekklesia*” (SÖDING, 2003, p. 18). Paulo de Tarso sistematiza esse sentimento, dando a ele características precisas que devem caracterizar o ser cristão:

A caridade é paciente, a caridade é prestativa, a não é invejosa, não se ostenta, não se incha de orgulho. Nada faz de inconveniente, não procura o seu próprio interesse, não se irrita, não guarda rancor. Não se alegra com a injustiça, mas se regozija com a verdade. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta. A caridade jamais passará. (I CORÍNTIOS, 13: 4 – 8)

É o amor que cria nos cristão a identidade daqueles que aceitaram o amor de Deus por meio do sacrifício de Cristo. “Com isso se constata que o amor ao próximo é a adesão existencial ao amor que Deus lhe oferece por meio de Jesus (cf. I Cor 8, 1ss. 11)” (SÖDING, 2003, p. 150). Desta forma, a ágape é a característica do ser cristão, é por meio dela que se destaca a grandeza da proposta paulina, pois ela supera as separações sociais, culturais, regionais e econômicas, apontando para uma universalização da mensagem cristã, uma mensagem de amor.

Em síntese, o amor é o grande agente das relações cristãs, superando outros da própria proposta paulina: “Agora, portanto, permanecem fé, esperança, caridade, essas três coisas. A maior delas, porém, é a caridade.” (I CORÍNTIOS 13: 13). Ele irá caracterizar o vínculo dos membros das comunidades cristãs, da mesma forma que irá personificar o sentimento cristão para com o próximo, independentemente se o próximo for pertencente ou não da comunidade cristã.

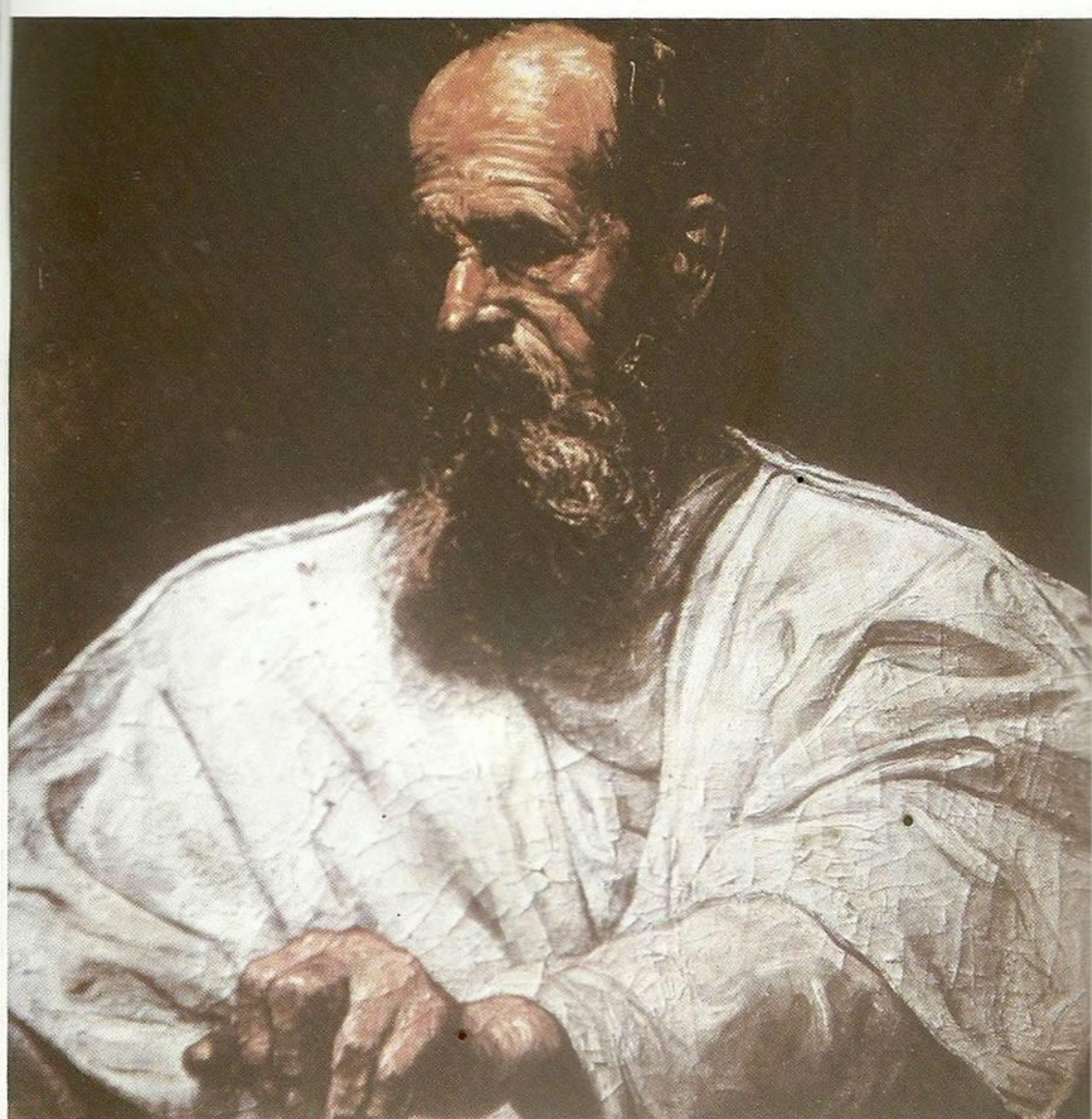


FIGURA 8 – *Paulo*

Testa A. (1904). Turim, Coleção particular.

No momento em que Paulo de Tarso escreve suas epístolas se fazia necessário definir, mesmo que de forma simples, como era o Cristo a ser imitado. Para isso é que fora indispensável ao corpo epistolar de Paulo de Tarso elencar conceitos que pudessem apontar para essa direção, ou melhor dizendo, conceitos que levassem os homens à figura de Cristo. É em meio a esse contexto de construção da figura de Cristo, bem como da relação entre os homens e o Cristo que Paulo de Tarso elabora seu esquema formativo.

Devemos, portanto, pensar as epístolas paulinas como um esquema pedagógico, pois elas trazem em suas estruturas conceitos fundamentais para que o homem torne-se cristão. Paulo de Tarso sinaliza em suas epístolas o fim último de sua proposta, homem deve alcançar:

Queira ele confirmar vossos corações numa santidade irrepreensível, aos olhos de Deus, nosso Pai, por ocasião da Vinda de nosso Senhor Jesus com todos os santos (I TESSALONICENSES, 3: 13).

Portanto, é esta a vontade de Deus: a vossa santificação [...](I TESSALONICENSES, 4:3).

Pois Deus não nos chamou para a impureza, mas sim, para a santidade (I TESSALONICENSES, 4:7).

O Deus da paz vos conceda santidade perfeita; e que o vosso ser inteiro, o espírito, a alma e o corpo sejam guardados de modo irrepreensível para o dia da Vinda de nosso Senhor Jesus Cristo (I TESSALONICENSES, 5: 23).

A construção do esquema formativo de Paulo de Tarso vai para além de elencar conceitos, na medida em que, mesmo que de forma ainda basilar, ele também aponta para as relações entre estes conceitos, bem como as funções que cada um terá na formação do homem cristão.

Por meio desses conceitos, Paulo de Tarso pretende ensinar as comunidades cristãs a autêntica natureza cristã, cada um dos conceitos elencados por ele são compatíveis com o ser cristão. “Antes de tudo e independente dele começou aí uma reflexão sobre a identidade cristã que procurava conceitos básicos pertinentes” (SÖDING, 2003, p. 43).

Dentre toda a obra de Paulo de Tarso se destacam alguns conceitos, por serem os fundamentais para a caracterização do homem cristão idealizado por Paulo de Tarso. Estes conceitos são: a Graça, a Esperança, a Fé, a Liberdade e o Amor. Todos esses conceitos partem da mensagem central de Paulo de Tarso: o Cristo morto e ressuscitado.

A relação entre esses conceitos podem ser pensadas no seguinte esquema:

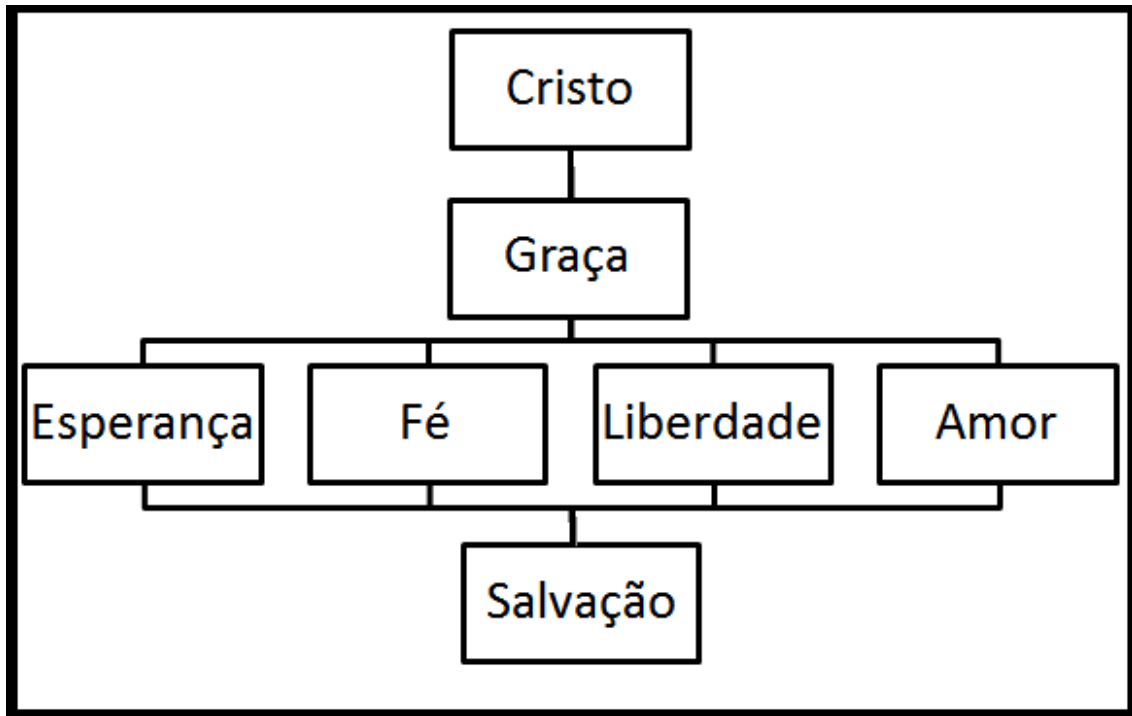


FIGURA 9 – *Esquema formativo de Paulo de Tarso*¹⁶

Para Paulo de Tarso, a eficácia da morte e ressurreição de Cristo não se esgotam em si mesmo, pelo contrário impulsiona, por meio da Graça, a uma vida de esperança, fé, liberdade e amor, o que resulta em salvação para todos os que aceitam essa proposta.

A ideia fundamental decisiva que percorre toda argumentação é que a ressurreição de Jesus dos mortos é o meio crucial para o estabelecimento da soberania salvífica de Deus e, por isso, não alcança seu fim em si mesma, mas tem como meta que Jesus Cristo ressuscitado crie, na força do Espírito, ampla salvação para vivos e mortos. (SÖDING, 2003, p. 107).

Portanto, Paulo de Tarso concebe a existência cristã autêntica como a resposta adequada à ação salvífica de Deus por intermédio de Cristo. Assim, cada um desses conceitos personificam a legítima resposta à graça de Deus.

¹⁶ Esquema do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cristianismo, em seu processo organizacional, foi marcado por duas situações espaciais: a dos cristãos que viviam na Palestina e dos cristãos da Diáspora. O primeiro grupo negava a cultura greco-romana e era inteiramente voltado às tradições judaicas; enquanto o segundo, pelo contato estabelecido com os costumes dos povos considerados pagãos, agregou ao cristianismo uma série de conceitos e categorias dando a ele nova orientação. Acrescente-se a isso que a tradução de seus textos sagrados para o grego foi fator essencial para o reordenamento da nova fé.

Deste modo, o cristianismo primitivo teve em sua origem dois grupos que se diferenciavam pelas suas culturas e pelo seu modo de pensar, pelos seus usos e costumes, inclusive a língua. Os judeu-cristãos eram extremamente fieis à sua tradição, fechados em suas origens; e o segundo relativizava essa tradição, sendo assim mais aberto ao mundo que estavam inseridos.

Os cristãos-helenistas, por habitarem territórios fora da Palestina, conforme acima mencionado, motivo de terem assimilado costumes destes territórios, foram importantes para a consolidação da nova fé, bem como distinguiram entre eles pregadores revisionistas da doutrina cristã, fato que facilitou o anúncio do cristianismo para além da Palestina.

Neste momento, torna-se importante a conversão de Paulo de Tarso, um homem de formação farisaica e helênica, que por muito tempo perseguiu os primeiros cristãos. Segundo *Atos dos Apóstolos*, a caminho de Damasco, onde ele efetuaria novas prisões e até mesmo algumas possíveis execuções, Paulo de Tarso caiu do cavalo e entra em transe, no qual segundo ele, o próprio Cristo teria revelado o evangelho e o designado a anunciá-lo a outros povos.

Após este evento, e iniciado o papel que assumiu como propagador do cristianismo, em um primeiro momento lançou mão de conceitos e categorias helenísticas para melhor ser acolhido entre o seu público-alvo, e por esse meio apresentar o cristianismo como único meio para se alcançar a realização ou a perfeição individual. Segundo sua exortação, esse processo não estava neste mundo, que já encontrava-se corrompido: mas em um mundo celestial preparado pelo próprio Deus para morada eterna de seu povo.

Ao romper com o particularismo dos primeiros apóstolos, Paulo de Tarso torna-se, naquele momento, a personagem principal dessa expansão, contribuindo, efetivamente, para o que o cristianismo se tornasse proposta pedagógica universal. Assim, Paulo de Tarso assume a tarefa de levar o Evangelho a “boa nova cristã” para além das fronteiras dos povos semitas, se convertendo no “apóstolo dos gentios”.

Com isto, o cristianismo abre suas portas para outros povos e outras culturas, e o melhor expediente para a realização do seu projeto evangelizador foi o diálogo que estabeleceu com a cultura clássica, a fim de promover o cristianismo entre estes povos. Desta forma, entende-se que Paulo de Tarso, mesmo que negando a cultura clássica, buscava nela conceitos e significados para seu discurso evangelizador.

Paulo de Tarso, o “apóstolo dos gentios”, torna o cristianismo uma proposta pedagógica universal, que servia tanto ao judeu como ao grego, tanto aos escravos como a seus senhores, o que torna o cristianismo algo inovador, pois considerava a presença dos escravos e os igualava a todos os outros, considerando todos iguais perante a Deus, fato que deixa evidente em sua carta aos Romanos “De sorte que não há distinção entre judeu e grego, pois ele é o Senhor de todos, rico para todos os que o invocam” (BÍBLIA, N.T., Romanos, 10:12), “Todos nós fomos batizados num só Espírito para sermos um só corpo, judeus e gregos, escravos e livres, e todos bebemos de um só Espírito” (BÍBLIA, N. T., 1 Coríntios, 12: 13) tirando assim qualquer aspecto de diferenciação entre os cristãos.

Desta forma, entende-se a importância da pedagogia cristã no reordenamento da sociedade clássica, substituindo as questões intelectuais (dos gregos), que eram fundamentadas na lógica e na razão, por questões “afetivas” (dos cristãos) fundamentadas em Cristo. Para o cristianismo, a sociedade seria melhor na medida em que se mobilizasse a alcançar a santificação, desta forma chegando à conquista da cidadania celestial.

Apesar dessa proposta de mudança de mentalidade, o cristianismo não surge como proposta de transformação social, pois ele levava a cada indivíduo a aceitação de sua situação terrena na esperança de brevemente ser levado à terra celestial preparada pelo próprio Deus, onde não haveria mais as aflições dessa terra. Assim, o cristianismo produziu entre os seus adeptos um espírito de aceitação e de esperança, aceitação do tempo presente corrompido e esperança de um tempo futuro melhor, incomparável, ao lado do próprio Deus, Criador de todas as coisas.

Essa classificação de igualdade entre todos os homens para o cristianismo se referia à sua vida espiritual, onde para Deus todos eram iguais, filhos por adoção, porém na vida terrena Paulo de Tarso faz questão de lembrar as diferenças e confortá-los de que esse tempo é passageiro e que logo todos estariam juntos ao lado de Cristo e do Deus Pai. O que novamente demonstra que o cristianismo não possuía um caráter revolucionário e sim de conformidade com o tempo presente e de esperanças no tempo futuro. Dessa forma que Paulo de Tarso exorta aos servos a manter-se fiéis a seus senhores, assim como os senhores aos seus servos.

E para a formação desse homem cristão ideal, Paulo de Tarso, a exemplo da cultura clássica, aponta a necessidade de um modelo a ser seguido, como não poderia ser diferente, Cristo foi apontado como modelo para uma vida terrena santificada e para uma vida futura de gozo ao lado de Deus. Em suas cartas aos *Coríntios* e aos *Filipenses*, exorta, de que seria esta a única forma de se alcançar à perfeição individual e conquistar a cidadania celestial.

Da mesma forma, ele se coloca como exemplo, mesmo julgando ainda não ter alcançado a completa perfeição, mas as suas experiências de fé por amor a Cristo, as quais para ele enriqueceram seu testemunho e o qualifica como modelo a ser seguido.

Outra questão que fundamentou o magistério paulino são os conceitos de Graça, fé, esperança, liberdade e amor. Paulo de Tarso coloca Cristo como a prova da graça de Deus, já que Cristo, o Filho de Deus teria sido enviado para se entregar à morte para salvar os homens que estavam condenados. Sendo assim, esta graça foi o que levou Deus doar seu único Filho para salvar o homem.

Ao estabelecer uma nova concepção do amor de Deus, sendo Deus o próprio amor, Paulo de Tarso também dá novos direcionamentos ao sentimento de amor, fazendo com que todas as relações, Deus/homens, homens/Deus e homens/homens, fossem regidas pelo amor, a conduta primordial para se alcançar a perfeição, inaugurada no exemplo de Cristo. Paulo de Tarso assume assim uma postura pedagógica visando formar um novo homem que tem como agente regulador de sua conduta o padrão de perfeição, personalizado em Cristo.

Paulo de Tarso eleva o amor como exigência máxima para que o homem possa chegar ao sacrifício de Cristo, alcançando assim a perfeição. Deixando para segundo plano todas as demais coisas, tanto os conhecimentos humanos, como os dons de Deus, pois segundo ele de nada adiantaria ter toda a ciência, ou toda a

sabedoria e não possuir o amor, da mesma forma os dons de Deus, para ele de nada serviria se não houver o amor.

O homem deveria se dirigir a Deus em amor, a exemplo de Cristo. Assim, Paulo de Tarso inaugura com seu discurso um novo modelo de homem, sendo este o homem-santificado, o qual para ele seria o responsável pelo reordenamento da sociedade. Na concepção desse homem ideal cristão, ele se fundamenta na pessoa de Jesus Cristo, sendo este a prova do amor de Deus, o qual renunciou até mesmo sua deidade “Que, sendo em forma de Deus, não teve por usurpação ser igual a Deus. Mas aniquilou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, fazendo-se semelhante aos homens”. (BÍBLIA, N.T., I Coríntios, 13: 1-2), tornando assim Cristo seu modelo a ser seguido pelos cristãos.

O homem deveria então seguir o padrão de santidade de Cristo, vivendo assim uma vida de retidão, a fim de conquistar a cidadania celestial, sendo esta o foco de sua proposta pedagógica. Com isto, Paulo de Tarso toma para si a responsabilidade de encaminhar os homens a seguir uma vida de santificação, de forma a alcançar a perfeição expressa em Cristo, conquistando assim um lugar na cidade preparada pelo próprio Deus a todos os que alcançam a santificação. Mas, para isso, fazia-se necessário uma vida de integridade cristã, o que levaria o homem a manter a paz e o amor ao próximo, de modo a fazer do amor seu modelo normativo e regulador das relações pessoais. Assim, o cristianismo gera em seus adeptos um espírito de caridade e fraternidade espelhado na vida de Cristo.

Desta forma, Paulo de Tarso se torna personagem de extrema importância para o cristianismo em seu primeiro século, por inaugurar uma proposta pedagógica universal para o cristianismo que, até então, era destinado tão somente ao povo judeu.

O cristianismo surge e se impõe como único meio de reorganizar a sociedade, para isso se apropriou de aspectos do pensamento clássico com o intuito de enriquecer suas doutrinas.

Para isso, torna-se importante a conversão de Paulo de Tarso que logo passa de perseguidor a pregador dos seguidores de Jesus Cristo, a divulgar da nova doutrina, tornando-a uma proposta universal, na medida em que rompeu com o particularismo característico dos primeiros apóstolos. Para isso buscou na sua formação clássica subsídios que contribuiriam com a elaboração de seu discurso,

de forma a torná-lo acessível aos povos considerados pagãos, direcionando-se assim a converter ao cristianismo.

Paulo de Tarso ao centralizar sua pregação na figura de Cristo, toma-o como modelo por excelência de conduta, o exemplo a ser seguido e imitado. Pois no exemplo de Cristo estavam todas as qualidades exigidas para se realizar a formação do homem ideal cristão, que deveria amar a Deus acima de todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo. Condições fundamentais para se obter a santificação pessoal.

A história do cristianismo toma com Paulo de Tarso novos direcionamentos, que encontrou em aspectos da cultura clássica devidamente cristianizada e contribui com a fundamentação de seu magistério. Porém entende-se que, apesar das aproximações que há entre o cristianismo e a cultura clássica, o cristianismo manteve a sua originalidade e o seu caráter inovador, o qual respondeu às necessidades da sociedade, o que lhe deu condições para sua hegemonia.

REFERÊNCIAS

DONINI, Ambrogio. **História do Cristianismo: das origens a Justiniano**. Lisboa: Edições 70, 1988.

ENGELS, Friedrich. **O Cristianismo Primitivo**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

FABRIS, Reinaldo. **Paulo Apóstolo dos gentios**. São Paulo: Paulinas, 2003.

FIALHO, Maria do Céu. Paulo no caminho de Damasco. In: RAMOS, José Augusto; PIMENTEL, Maria Cristina de Souza; FIALHO, Maria do Céu; RODRIGUES, Nuno Simões. (coords). **Paulo de Tarso: Grego e Romano, Judeu e Cristão**. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. 1ª ed. Coimbra. 2012. p. 45 - 54.

FURTADO, Rodrigo. Paulo de Tarso: em torno da origem. In: RAMOS, José Augusto; PIMENTEL, Maria Cristina de Souza; FIALHO, Maria do Céu; RODRIGUES, Nuno Simões. (coords). **Paulo de Tarso: Grego e Romano, Judeu e Cristão**. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. 1ª ed. Coimbra. 2012. p. 13 - 28.

FLORENZANO, Maria Beatriz. **O Mundo Antigo: Economia e Sociedade (Grécia e Roma)**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1982.

GRIMAL, Pierre. **A Civilização Romana**. Edições 70. Lisboa: 1993a.

GRIMAL, Pierre. **O Império Romano**. Edições 70. Lisboa: 1993b.

LENTSMAN, Iakov. **A origem do cristianismo**. Universitária, 1988.

PENA, Abel N. De tarso na Cilícia à Roma Imperial. In: RAMOS, José Augusto; PIMENTEL, Maria Cristina de Souza; FIALHO, Maria do Céu; RODRIGUES, Nuno Simões. (coords). **Paulo de Tarso: Grego e Romano, Judeu e Cristão**. Centro de

Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. 1ª ed. Coimbra. 2012. p. 29 - 44.

PEREIRA MELO, José Joaquim. **A Educação Hebraica**: o magistério dos profetas. Revista CESUMAR, Maringá, v. 7, p. 77 - 83, 2002.

PEREIRA MELO, José Joaquim. **O Sábio Senequiano**: Um Educador Atemporal. 1. ed. v. 1. Maringá: EDUEM, 2015.

RAMOS, José Augusto; PIMENTEL, Maria Cristina de Souza; FIALHO, Maria do Céu; RODRIGUES, Nuno Simões. Introdução. In: RAMOS, José Augusto; PIMENTEL, Maria Cristina de Souza; FIALHO, Maria do Céu; RODRIGUES, Nuno Simões. (coords). **Paulo de Tarso**: Grego e Romano, Judeu e Cristão. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. 1ª ed. Coimbra. 2012. p. 7 – 12.

RAMOS, José Augusto M. Paulo de Tarso: a conversão como acto hermenêutico. In: RAMOS, José Augusto; PIMENTEL, Maria Cristina de Souza; FIALHO, Maria do Céu; RODRIGUES, Nuno Simões. (coords). **Paulo de Tarso**: Grego e Romano, Judeu e Cristão. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. 1ª ed. Coimbra. 2012. p. 55 - 68.

REALE, Giovanni. **História da filosofia**. Vol. I. São Paulo: Paulus. 1994.

ROUX, Patrick Le. **Império Romano**. L&PM POCKET, 2009.

SILVA, Roseli Gall Amaral da; PEREIRA MELO, José Joaquim. **A Pedagogia cristã Primitiva**: o possível diálogo entre Epicurismo e o Cristianismo no Século I. In: XI Jornada de Estudos Antigos e Medievais e IX Ciclo de Estudos Antigos e Medievais do Paraná e Santa Catarina, 2012, Maringá. Anais da XI Jornada de Estudos Antigos e Medievais e IX Ciclo de Estudos Antigos e Medievais do Paraná e Santa Catarina. Maringá: UEM, 2012. v. 1. p. 110.

STEAD, Christopher. **A filosofia na antiguidade cristã** [tradução de Odilon Soares Leme]. São Paulo: Paulus, 1999.

WRIGHT, Edmund. Dicionário de história do mundo. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.